PROTOCOLO GERAL 64593.000662/2024-15	MINISTÉRIO DA DEFESA EXÉRCITO BRASILEIRO HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE PORTO VELHO	DISPENSA ELETRÔNICA Nº 02/2024

VOLUME: 1º/____

SEÇÃO DE AQUISIÇÕES, LICITAÇÕES E CONTRATOS - SALC

HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE PORTO VELHO - HGuPV
UASG: 160351

ASSUNTO: DISPENSA ELETRÔNICA Nº02/2024

OBJETO: Contratação do serviço de controle de qualidade e levantamento radiométrico (laudo radiométrico)

VALOR ESTIMADO: R$ 9.000,00 (Nove mil reais).

DATA DE ABERTURA:

ANEXO(S): Peças do processo licitatório, conforme índice.

DESTINOS	DATA		
1.			
2.			
3.			
4.			
5.			

ANO 2024

CARLOS CHERME DA SILVA NOGUEIRA – Coronel
Ordenador de Despesas do Hospital de Guarnição de Porto Velho

EM BRANCO

HGu Porto Velho
Fl: 01
SALC

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE PORTO VELHO

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 02/2024
(Processo Administrativo nº 64593.000662/2024-15)

ABERTURA E AUTUAÇÃO DO PROCESSO

Em conformidade com o disposto na Orientação Normativa nº 2/2009, da AGU e no Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação, da AGU/Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, de 2023, autuo nesta data o processo administrativo nº **64593.000662/2024-15**, que trata de dispensa do tipo eletrônica, cujo objeto e recursos estão definidos nos autos deste processo e folhas devidamente numeradas e rubricadas.

Porto Velho, RO, 24 de Janeiro de 2024.

[redacted]
- SD
[redacted] e Contratos

EM BRANCO

Documento de Formalização da Demanda

HGu Porto Velho
Fl: 02
SALC

Número do Documento de Formalização da Demanda: 84/2023

1. Informações Básicas

Área requisitante	Data da conclusão da contratação	UASG	Editado por
Odontologia	01/06/2024 01:00	160351	JAIR CORADI

Descrição sucinta do objeto

Contratação de serviço de laudo radiométrico.

2. Justificativa de necessidade

Conforme estabelecido no artigo 64 da Resolução de Diretoria Colegiada (RDC) nº 330, datada de 20 de dezembro de 2019, é imprescindível a elaboração de um novo levantamento radiométrico sempre que ocorrerem alterações na infraestrutura, nos equipamentos ou nos procedimentos de trabalho que possam afetar as medidas de proteção radiológica.

Nesse contexto, diante da recente aquisição de aparelhos radiológicos para a odontoclínica do HGuPV, torna-se imperativo contratar uma empresa especializada para a emissão dos laudos radiométricos correspondentes aos novos equipamentos. Esta solicitação tem por finalidade assegurar a conformidade com as normas vigentes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), que regulamentam os ambientes hospitalares e ambulatoriais, com o intuito de preservar a segurança tanto dos trabalhadores quanto dos usuários.

O referido serviço desempenha um papel crucial no funcionamento dos novos aparelhos radiológicos, uma vez que, na ausência dos laudos pertinentes, os equipamentos não podem ser utilizados com segurança. Portanto, a contratação de uma empresa especializada para a realização dessas avaliações radiométricas representa uma medida essencial para garantir a operação em conformidade e dentro dos padrões regulamentares dos novos dispositivos radiológicos na odontoclínica do HGuPV.

3. Materiais/Serviços

3.1 Materiais

Nenhum material incluído.

3.2 Serviços

Nº do item	Grupo	Descrição	Qtd	Val. unit. (R$)	Val. total (R$)
1	SERVIÇOS CIENTÍFICOS E OUTROS SERVIÇOS TÉCNICOS	PERÍCIA, LAUDO E AVALIAÇÃO	6,00	4.000,00	24.000,00

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

MIRIAM KEMPER

M[redacted]missão de contratação

5. Acompanhamento

Nenhum acompanhamento incluído.

6. Relacionamentos

Nenhum relacionamento encontrado.

EM BRANCO

HGu Porto Velho
Fl: 03
SALC

conhecimento e providências necessárias.

(Nota nº 48878, de 31 de janeiro de 2024, da(o) Contg)

4. SERVIDORES CIVIS

Sem Alteração

5. ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

a. DETENTOR INDIRETO DE MATERIAL CARGA

Designação

Designo como detentora indireta do Material Carga do Setor de Ultrassom, a contar desta data, a seguinte militar:

3º Sgt **CINTIA** JACQUELINE DA **CRUZ** ASSUNÇÃO

(Em solução ao DIEx nº 05-Radio/HGuPV, de 26 jan 24)

Em consequência, o Chefe da 1ª Seção, o Fiscal Administrativo e os demais interessados tomem conhecimento e providências.

(Nota nº 48873, de 31 de janeiro de 2024, da(o) Fisc Adm)

b. DESIGNAÇÃO DE EQUIPE

Equipe de Planejamento da Contratação

Designo a Equipe de Planejamento da Contratação a contar desta data para planejar a contratação de serviços de teste de controle de qualidade e de levantamento radiométrico em equipamentos médico-hospitalares.

Maj Dent MIRIAM **KEMPER**
1º Ten Med GUILHERME **BALTAZAR** NEVES
1º Ten ODT **SORRIELEN** OLIVEIRA TEIXEIRA BUCARTH
ST SAU **RENATO** DE SOUZA AMARAL
3º Sgt STT **ELZA** DA CONCEIÇÃO PATRICIO **SENA**

Em consequência:
a) a equipe deverá realizar o planejamento da contratação supracitada sob a coordenação do presidente designado, acompanhar e apoiar a fase de seleção do fornecedor quando solicitado pelo agente de contratação a ser designado, estando em condições de ser requisitada para diligências e esclarecimentos acerca do planejamento da contratação até a homologação desta;

b) o presidente designado juntamente com os integrantes técnicos da equipe deverão desde já: solicitar acesso ao perfil FASEINT1 do SIASG ao Setor Financeiro caso não possuam, obter os modelos atualizados das documentações necessárias e orientações específicas junto ao integrante administrativo, elaborar os seguintes documentos e despachá-los com o Fiscal Administrativo e Ordenador de Despesas,

EM BRANCO

Classificação:

HGu Porto Velho
Fl: 04
SALC

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO

HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE PORTO VELHO

DIEx nº 8-Radio/Div Med/Dir HGUPV
EB: 64593.000667/2024-48

Porto Velho, RO, 31 de janeiro de 2024

Do Chefe da Radiologia
À Sra Fiscal Administrativo
Assunto: Oficialização da demanda de serviço para aquisição dos serviços de controle de qualidade e radiação de fuga (laudo radiométrico)

Anexos:
1) 2.Termo de Referência.odt
2) 3.ETP.odt
3) 4.Mapa de Pesquisa de Preços atualizado.doc
4) Orçamento 1 - NUCLERAD MEDICAL.pdf
5) Orçamento 2 - RAD.pdf
6) Orçamento 3 - TECHMED.pdf

Setor Requisitante: ODONTOLOGIA, RADIOLOGIA E CENTRO CIRÚRGICO	
Responsável pela Demanda: Major Kemper, 1º Ten Baltazar	
E-mail:rx@hgupv.eb.mil.br	Telefone: 3218-4817

EM BRANCO

Objeto: (x) Serviço Não Continuado ( ) Serviço Continuado **SEM** Dedicação Exclusiva de Mão de Obra ( ) Serviço Continuado **COM** Dedicação Exclusiva de Mão de Obra ( ) Material de Consumo ( ) Material Permanente / Equipamento
Forma de Contratação sugerida: ( ) Modalidades da Lei n° 8.666/93: (especificar a modalidade) (x) Modalidades da Lei n° 14.133/2021: (Dispensa) ( ) Pregão (especificar se Pregão próprio ou como participante em pregão de outro Órgã com uso de SRP) ( ) Dispensa/Inexigibilidade ( ) Adesão à IRP de outro Órgão (**CARONA**)

1. **JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

a. O Hospital de Guarnição de Porto Velho (HGuPV) possui um grande efetivo de pessoal sob sua vinculação, composto por militares da ativa, inativos pensionistas e seus dependentes, os quais, por força de dispositivo legal fazem jus a assistência à saúde. Para o atendimento destes usuários o HGUPV oferece, dentre outros os serviços radiológicos, que utilizam equipamento que emitem radiação ionizante.

b. Para o setor de Radiologia a ANVISA, por meio da Resolução RDC Nº 611 de 09 de março de 2022 "Estabelece os requisitos sanitário para a organização e o funcionamento de serviços de radiologia diagnóstica ou intervencionista e regulamenta o controle das exposições médicas, ocupacionais e do público decorrentes do uso de tecnologias radiológicas diagnósticas ou intervencionista".

c. Assim, a contratação de empresa para prestação de serviço de levantamento radiométrico, radiação de fuga e controle de qualidade dos equipamentos, teste obrigatório especificados na legislação sanitária, destinado à salas de raios-x, do Hospital de Guarnição de Porto Velho (HGuPV).

d. Os serviços fazem-se necessários para o controle de qualidade de equipamentos de raios x contempla o teste radiométrico que é obrigatórios e especificados na Legislação Sanitária Federal, consiste na medição de doses de radiação nas áreas adjacentes à salas de raios-x, e sobre barreiras ou biombos que protegem os operadores e usuários do HGuPV, da radiação ionizante.

e. Diante do exposto, a contratação dos serviços exigidos se faz necessária, visto que o setor de proteção radiológica das salas de raios-x do Hospital de Guarnição de Porto Velho (HGuPV), não dispõe dos equipamentos necessários para realização dos testes exigidos, garantido principalmente, maior segurança ao usuário e ao operador.

2. **QUANTIDADE DE SERVIÇO/MATERIAL A SER CONTRATADA**

a. Realização de serviço de levantamento radiométrico e controle de qualidade dos equipamentos com validade de 48 (quarenta e oito) meses conforme Artigo 64 da RDC Nº 611 de 09 de março de 2022.

3. **A PREVISÃO DE INÍCIO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO OU RECEBIMENTO DOS PRODUTOS**

a. O serviço deverá ser prestado imediatamente após a assinatura de termo de contrato e/ou recebimento da Nota de Empenho.

4. **CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS**

a. Será definido por ocasião da contratação.

5. **INDICAÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO**

- Maj Kemper (Chefe da Odontoclínica);
- 1º Ten Baltazar (Chefe da Radiologia);
- 1º Ten Sorrielen (Auxiliar da Odontoclínica);
- ST Renato (Auxiliar da Radiologia);
- 3º Sgt Elza Sena (Auxiliar da Radiologia).

EM BRANCO

DESPACHO DO FISCAL ADMINISTRATIVO	DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS
1. Justificativa apresentada para a contratação do serviço é pertinente; 2. Encaminho ao Sr. Ordenador de Despesas.	1. Aprovo a justificativa apresentada e autorizo a contratação para a quantidade demandada; 2. Determino a abertura de processo licitatório correspondente, se for o caso; 3. Fiscal Administrativo verificar o recurso próprio para a despesa; 4. O Chefe da SALC tome as providências cabíveis de acordo com as normas em vigor.
Porto Velho, RO, 31 de janeiro de 2024. **ANA CRISTINA HOLANDA SILVA - 2° Ten** Fiscal Administrativo	Porto Velho, RO, 31 de janeiro de 2024. **CARLOS CHERME DA SILVA NOGUEIRA - TC** Ordenador de Despesas

GUILHERME BALTAZAR NEVES - 1º Ten
Chefe da Radiologia

"80 ANOS DO INÍCIO DAS OPERAÇÕES DA FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA NO TEATRO DE OPERAÇÕES EUROPEU"

Documento **assinado eletronicamente**, por meio de **assinatura simples**, pelo(a) **1º Ten Guilherme BALTAZAR Neves**, em 31/01/2024, às 10:50 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no §3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543 de 13/11/2020 da Presidência da República.

---

k+xk-6aef-jXSB-vc3A

EM BRANCO

HGu Porto Velho
Fl. 07
SALC

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE PORTO VELHO

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1 Informações básicas

1.1 Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de consultoria presencial em física médica de radiodiagnóstico, contemplando a realização de testes de controle de qualidade de equipamentos, levantamento radiométrico e medição de radiação de fuga em equipamentos do do Hospital de Guarnição de Porto Velho, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2 Nº do processo administrativo 64593.000662/2024-15

1.3 Área demandante: Hospital de Guarnição de Porto Velho.

2 Descrição da necessidade

2.1 O Hospital de Guarnição de Porto Velho (HGuPV) possui um grande efetivo de pessoal sob sua vinculação, composto por militares da ativa, inativos pensionistas e seus dependentes, os quais por força de dispositivo legal fazem jus a assistência à saúde.

2.2 A fim de garantir a qualidade dos serviços de radiodiagnóstico prestados, assim como de assegurar os requisitos mínimos de proteção radiológica aos pacientes, aos profissionais e ao público em geral dos possíveis efeitos indevidos inerentes à utilização dos raios-x, visando minimizar os riscos e maximizar os benefícios desta prática.

2.3 A Legislação Brasileira, por meio das normas regulamentadoras e suas atualizaçõe aprovadas pela RDC nº 611 de 09 de março de 2022, Norma CNEN-NE-3.01/2014 e NR-32 preveem monitoramento e o controle da exposição ocupacional dos trabalhadores existentes nas atividades o processos em que haja potencial de exposição à radiação ionizante, neste caso aos Raios-X.

2.4 A CNEN (Comissão Nacional de Energia Nuclear) estabelece critérios de avaliaçõe laudos, e diretrizes a serem cumpridos e seguidos nos seguimentos que utilizam tecnologias envolvend radiações ionizantes.

2.5 Para que seja possível manter a qualidade e segurança dos usuários bem como de profissionais e dos procedimentos realizados por radiodiagnóstico, faz-se necessário a aquisição e serviço para a segurança das instalações e a prevenção de acidentes radiológicos.

2.6 Destaca-se que o não atendimento da demanda acarreta no aumento do risco e comprometimento das instalações bem como intervenção dos órgãos de vigilância sanitária com possív paralisação das atividades de Radiodiagnóstico deste hospital.

2.7 O objeto a ser adquirido por meio de Dispensa, com base nas justificativas acir mencionadas, não possui natureza continuada, não havendo necessidade de prorrogação contratual pa além da vigência comum de doze meses prevista na Lei nº 14.133/2021

2.8 A natureza do serviço dispensado neste certame enquadra-se na categoria de bens serviços comuns, nos termos do parágrafo único, do art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021, p possuírem padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas mercado.

3 Área requisitante

EM BRANCO

Área / seção	Responsável
Odontologia e Radiologia	Maj Kemper e 1º Ten Baltazar

4 Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 Serviços de Contratação de Laudo Radiométrico, Teste de Radiação de Fuga e Teste de Controle de Qualidade.

4.2 A contratada deverá levar em consideração as normas técnicas existentes, elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, quanto a requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança, nos termos da Lei n° 4.150, de 1962; adotar práticas de sustentabilidade adequada que o objeto exigir, devendo ser dada prioridade para produtos reciclados e recicláveis e para bens que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis (artigo 7º, XI, da Lei nº 12.305, de 2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos), devendo ser observadas, ainda, as Instruções Normativas SLTI/MPOG nrs. 01/2010 e 01/2014, bem como os atos normativos editados pelos órgãos de proteção ao meio ambiente;

4.3 Faz-se necessário ainda que os produtos obedeçam às diretrizes, classificações e especificações determinadas pela ANVISA e INMETRO, se existentes;

4.4 O prazo de execução dos serviços será de até 20 (vinte) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho (NE), em remessa única para cada pedido, no endereço constante do Termo de Referência.

4.5 Os serviços deverão ser efetuados de segunda a sexta feira em horário de expediente da unidade, o desrespeito ao horário de entrega do serviço desobriga os órgãos em autorizar a entrada no interior das organizações militares, devendo retornar dentro do horário de expediente para a respectiva execução do serviço, sem custos para a Administração Pública.

4.6 Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

4.7 Serviço com fornecimento de mão de obra em regime de execução por empreitada pc preço global, enquanto durarem os testes dos equipamentos descritos abaixo;

4.8 A Contratada obriga-se a:

4.9 Executar a prestação de serviço de emissão de laudo radiométrico e teste de constância, em conformidade com a portaria nº 453/1998 da ANVISA;

4.10 Efetuar testes de constância e levantamento radiométrico que é a medição dos níveis de radiação da sala de raios-x e das áreas circunvizinhas da sala onde se encontra instalado o equipamento de raios - x;

4.11 Efetuar Teste de controle de qualidade nos equipamentos odontológicos de Raio-X Intra Oral Periapical, conforme a RDC nº 611/2022 e IN 95 da ANVISA.

4.12 Efetuar Teste de Controle de Qualidade em Arco Cirúrgico, conforme a RDC nº 611/20 e IN 95 da ANVISA.;

4.13 Testes de constância (Controle de Qualidade do Equipamento) que consiste na verificaç da conformidade das condições técnicas com os padrões de desempenho especificados na legislaç vigente;

4.14 Indicação das adequações da sala de exames aos requisitos previstos na legislação vigent

4.15 A empresa contratada deverá emitir os laudos no prazo máximo de 20 (vinte) dias, apó realização de serviço;

4.16 Executar o serviço, em estrita observância das condições previstas na proposta;

4.17 O relatório de teste de constância e o relatório de levantamento radiométrico deverão respectivamente, 01(um) e 04 (quatro) anos de validade;

4.18 Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto presente contratação;

4.19 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigaç assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

4.20 Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que ante data da realização do serviço, se houver motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo p com a devida comprovação e responsabilizar-se de providenciar a contratação do serviço necess a realização dos serviços o qual está descrito nesta contratação;

EM BRANCO

4.21 Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;

4.22 Reparar, corrigir, remover, reconstruir, ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços em que se verificarem defeitos ou incorreções resultantes da Prestação dos Serviços, no prazo assinalado pelo Hospital de Guarnição de Porto Velho;

4.23 Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

4.24 É obrigatório que a contratada faça constar, no documento fiscal, para fins de pagamento, as informações relativas aos seus dados bancários, bem como comprovação de ser optante pelo sistema SIMPLES se for o caso.

4.25 A contratada deve possuir Classificação Nacional de Atividade Econômica (CNAE) compatível com objeto da Dispensa eletrônica, tais como: Testes e Análises Técnicas; Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas; e Atividades de Atenção à Saúde Humana; e similares;

4.26 Local da prestação do serviço:

4.27 O serviço será executado no Hospital de Guarnição de Porto Velho, situado na Rua Rui Barbosa, 409, Centro, Porto Velho - RO, CEP 76801-010.

5 Levantamento de Mercado

5.1 Para o levantamento do mercado houve pesquisa em captar empresa especializada na prestação de serviço de consultoria presencial em física médica de radiodiagnóstico, contemplando a realização de testes de controle de qualidade de equipamentos, levantamento radiométrico e medição de radiação de fuga, para o Hospital de Guarnição de Porto Velho.

6 Descrição da solução como um todo

6.1 A escolha da solução se deu através de ampla pesquisa de mercado e da análise dos custos para implementação da seguinte solução, descrita abaixo:

6.2 Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de consultoria presencial em física médica de radiodiagnóstico, contemplando a realização de testes de controle de qualidade de equipamentos, levantamento radiométrico e medição de radiação de fuga, para o Hospital de Guarnição de Porto Velho.

6.3 Solução viável do ponto de vista prático e econômico. A empresa fará todos os testes acima e confecção de relatórios.

6.4 A Dispensa pretendida tem por objeto a prestação de serviço de consultoria presencial em física médica de radiodiagnóstico, a fim de garantir a qualidade dos serviços de radiodiagnóstico dos profissionais prestados aos usuários, assim como de assegurar os requisitos mínimos de proteção radiológica aos pacientes, aos profissionais e ao público em geral, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas no aviso de Dispensa e seus anexos.

6.5 Para execução completa da solução a empresa contratada produzirá os seguintes resultados e/ou atenderá as seguintes cláusulas contratuais:

6.6 Realizar testes de controle de qualidade dos equipamentos radiológicos, levantamento radiométrico e medição de radiação de fuga do Serviço de Imagenologia do Hospital de Guarnição de Porto Velho e emissão de relatórios após a realização dos serviços.

7 Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Em observância ao disposto no art. 75, inciso II da Lei n° 14.133/2021, as quantidades a serem adquiridas estão de acordo com o consumo dos últimos 12 (doze) meses.

7.2. O serviço requisitado é destinado a atender o Hospital de Guarnição de Porto Velho.

7.3. O Serviço requisitado leva em consideração o atendimento das necessidades de atendimento aos pacientes, dentro do período de 12 (doze) meses – período máximo – inclusive o atendimento de situações imprevisíveis.

8 Estimativa do Valor da Contratação

EM BRANCO

8.1 Conforme previsto no art. 2º, da Instrução Normativa nº 65, de 7 de julho de 2021 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o parâmetro utilizado para complementar a pesquisa de preço foi, disponibilizado pelos fornecedores, 03 (três) pesquisas realizadas junto a fornecedores locais, face esta UG não lograr êxito nos demais parâmetros.

Item	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	Unidade Medida	Qnt
1	Testes de Controle de Qualidade em Raio-X móvel conforme a RDC nº 611/2022 e IN 90 da ANVISA. PEGASO 500 Ma, fabricante LOTUS ano de 2022.	Serviço	1
2	Testes de Controle de Qualidade em Raio-X fixo conforme a RDC nº 611/2022 e IN 90 da ANVISA. HF630M DR digital, fabricante LOTUS ano de 2022.		1
3	Teste de Levantamento radiométrico e Teste de radiação de fuga em Raio-X fixo conforme a RDC nº 611/2022 e IN 90 da ANVISA.		1
4	Testes de Controle de Qualidade em Raio-X odontológico intraoral (periapical) conforme a RDC nº611/2022 e IN95 da ANVISA Equipamento Raio-X Intra - Oral Periapical, Marca Procion, Modelo ION70X, Série:000915181001-B.		1
5	Testes de Controle de Qualidade em Raio-X odontológico intraoral (periapical) conforme a RDC nº 611/2022 e IN95 da ANVISA Equipamento Raio-X Intra -Oral Periapical, Marca X Dent, Modelo X70, Série: 10061219.		1
6	Testes de Controle de Qualidade em Raio-X odontológico intraoral (periapical) conforme a RDC nº 611/2022 e IN95 da ANVISA Equipamento Raio-X Intra -Oral Periapical, Marca Procion, Modelo ION70X, Série: 000915181003-B.		1
7	Testes de Controle de Qualidade em Raio-X odontológico intraoral (periapical) conforme a RDC nº 611/2022 e IN95 da ANVISA Equipamento Raio-X Intra -Oral Periapical, Marca Gnatus, Modelo Timex70, Série: 4343196014		1
8	Testes de Controle de Qualidade em Raio-X odontológico intraoral (periapical) conforme a RDC nº 611/2022 e IN95 da ANVISA Equipamento Raio-X Intra -Oral Periapical, Marca Dabi Atlante, Modelo Spectro 70X, K01036.		1
9	Testes de Controle de Qualidade em Raio-X odontológico intraoral (periapical) conforme a RDC nº 611/2022 e IN95 da ANVISA Equipamento Raio-X Intra -Oral Periapical, Marca Dabi Atlante, Modelo Spectro 70X, K01055.		1
10	Teste de Levantamento radiométrico em Raio-X odontológico intraoral (periapical) conforme a RDC nº 611/2022 eIN 95 da ANVISA. Equipamento Raio-X Intra-Oral Periapical, Marca Procion, Modelo ION70X, Série: 000915181001-B.		1
11	Teste de Levantamento radiométrico em Raio-X odontológico intraoral (periapical) conforme a RDC nº 611/2022 e IN 95 da ANVISA Equipamento Raio-X Intra-Oral Periapical, Marca X Dent, Modelo X70, Série:10061219.		1
12	Teste de Levantamento radiométrico em Raio-X odontológico intraoral (periapical) conforme a RDC nº611/2022 e IN 95 da ANVISA Equipamento Raio-X Intra-Oral Periapical, Marca Procion, Modelo ION70X, Série:000915181003-B.		1

EM BRANCO

HGu Porto Velho
SALC

Item	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	Unidade Medida	Qnt
13	Teste de Levantamento radiométrico em Raio-X odontológico intraoral (periapical) conforme a RDC nº611/2022 e IN 95 da ANVISA Equipamento Raio-X Intra-Oral Periapical, Marca Gnatus, Modelo Timex70, Série:4343196014.		1
14	Teste de Levantamento radiométrico em Raio-X odontológico intraoral (periapical) conforme a RDC nº611/2022 e IN 95 da ANVISA Equipamento Raio-X Intra-Oral Periapical, Marca Dabi Atlante, Modelo Spectro70X, K01036.		1
15	Teste de Levantamento radiométrico em Raio-X odontológico intraoral (periapical) conforme a RDC nº611/2022 e IN 95 da ANVISA Equipamento Raio-X Intra-Oral Periapical, Marca Dabi Atlante, Modelo Spectro 70X, K01055.		1
16	Testes de Controle da Qualidade em Arco cirúrgico conforme a RDC nº 611/2022 e IN 91 da ANVISA. Modelo GE OEC Fluorostar, Série 17040202.		1
17	Teste de Levantamento radiométrico e Teste de radiação de fuga em Arco cirúrgico conforme a RDC nº 611/2022 e IN 91 da ANVISA.		1
18	Testes de Controle da Qualidade em Ultrassom conforme a RDC nº 611/2022 e IN 96 da ANVISA Equipamento Ultrassonografia, Marca Philips, Modelo EPIQ 7G, Série USD18B1436.		1
19	Testes de Controle da Qualidade em Ultrassom conforme a RDC nº 611/2022 e IN 96 da ANVISA Equipamento Ultrassonografia Digital com Doppler Colorido, Marca Chison, Modelo CBit 4, Série 122101373.		1

8.2 Para o presente objeto utilizou-se o inciso IV - "pesquisa com os fornecedores, desde qu as datas das pesquisas não se diferenciem em mais de 180 (cento e oitenta) dias".

8.3 Segue anexo o Mapa Comparativo dos preços de referência para a contratação, a média do valores obtidos na pesquisa de preços, sobre um conjunto de 03(três) preços, oriundos do parâmetr supracitado, observando o previsto no § 2º do art. 2º da IN 65, de 07 Julho de 2021, em virtude de qu após análise crítica dos preços, fornecidos pelos fornecedores, resolveu-se desconsiderar os valores dc orçamentos excessivamente elevados e discrepante em relação aos demais, e também valores muito baix possivelmente inexequível e discrepante dos demais para dar suporte ao presente Estudo Preliminar.

Item	Unidade	Qnt	FORNECEDOR LOCAL
			Valor Total

EM BRANCO

Item	Unidade	Qnt	FORNECEDOR LOCAL
1	Serviço	1	R$17.286,66
2		1	
3		1	
4		1	
5		1	
6		1	
7		1	
8		1	
9		1	
10		1	
11		1	
12		1	
13		1	
14		1	
15		1	
16		1	
17		1	
18		1	
19		1	

9 Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 Não será adotado o parcelamento da solução por se tratar de item que contempla a ampl concorrência no ramo de atividade de proteção radiológica; o serviço em questão é realizado par diversos equipamentos e instalações hospitalares e, devido à especificidade e comportamento dest serviço no mercado, a contratação do mesmo fornecedor trará economia de escala e redução de custos d gestão de contratos. O item do certame é de serviço comum, certo e executável por período pré estabelecido; e a metodologia de trabalho é padronizada pelo mercado, sem divisão de subtarefas o novas técnicas de atividade. É a solução mais vantajosa para a administração que terá de realizar gestõe de desempenho e fiscalização com uma só empresa.

10 Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 Não verifica-se contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade contratação desta demanda.

11 Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 A presente contratação possui alinhamento com o planejamento estratégico do HGuP pois contribuirá para o desenvolvimento de sua missão: "Executar as atividades inerentes a Funçã Logística de Saúde, em benefício dos militares e seus dependentes, das Organizações Militares sediad na área de jurisdição da 17ª Brigada de Infantaria de Selva, bem como da 12ª Região Militar e c Comando Militar da Amazônia, com foco na Segurança do Paciente e na Gestão Eficiente de Recursos (PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO HGuPV/2023).

EM BRANCO

HGu Porto Velho
Fl: 13

11.2 Cabe destacar que o Objetivo Estratégico número 03 é "Prover apoio logístico e estrutural para atender todas as necessidades do HGuPV".

11.3 A política pública vinculada à contratação é a de assistência à saúde a família militar na área de abrangência da 17ª Brigada de Infantaria de Selva, que reside no estado de Rondônia, Acre e no município de Humaitá/AM.

12 Resultados Pretendidos

12.1 Para execução completa da solução a empresa contratada produzirá os seguintes resultados e/ou atenderá as seguintes cláusulas contratuais:

12.2 Realizar testes de controle de qualidade dos equipamentos radiológicos, levantamento radiométrico e medição de radiação de fuga do Hospital de Guarnição de Porto Velho e Emissão de relatórios após a realização dos serviços.

12.3 A contratação do serviço de consultoria presencial em física médica de radiodiagnóstico faz-se necessária, a fim de garantir a qualidade dos serviços de radiodiagnóstico prestados, assim como de assegurar os requisitos mínimos de proteção radiológica aos pacientes, aos profissionais e ao público em geral, já que:

- A proteção da população dos possíveis efeitos indevidos inerentes à utilização dos raios-x diagnósticos, visa minimizar os riscos e maximizar os benefícios desta prática.
- A Legislação Brasileira, por meio das normas regulamentadoras e suas atualizações aprovadas pela RDC nº 611 de 09 de março de 2022, Norma CNEN-NE-3.01/2014 e NR-32 preveem o monitoramento e o controle da exposição ocupacional dos trabalhadores existentes nas atividades ou processos em que haja potencial de exposição à radiação ionizante, neste caso aos Raios-X.
- A CNEN (Comissão Nacional de Energia Nuclear) estabelece critérios de avaliações, laudos, e diretrizes a serem cumpridos e seguidos nos seguimentos que utilizam tecnologias envolvendo radiações ionizantes.
- A exposição às radiações ionizantes podem causar inúmeros danos ao organismo. O efeito das radiações ionizantes em um indivíduo depende basicamente da dose absorvida (alta/baixa), da taxa de exposição (crônica/aguda) e da forma da exposição (corpo inteiro/localizada). Qualquer dose absorvida, inclusive das doses provenientes de radiação natural, pode induzir câncer ou matar células. A unidade de dose absorvida é o Gray (Gy). A dose média de radiação natural absorvida pela população mundial é de 2,6 mGy por ano.

12.4. Com a aquisição do serviço contratado, espera-se a continuidade da prestação dos serviços prestados aos usuários do HGuPV.

13 Providências a serem Adotadas

13.1 Não se vislumbra necessidades de tomada de providências de adequações para a solução ser contratada e o serviço prestado.

14 Possíveis Impactos Ambientais

14.1 Os critérios de sustentabilidade devem ser respeitados pela Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/10/2010 e pelo Guia Nacional de Licitações Sustentáveis. Tratar adequadamente a geração de resíduos de acordo com seu nível de agressividade para o meio ambiente e para a saúde humana a propósito de evitar os danos, mitigação por condicionantes e compensação ambiental.

14.2 Utilização de produtos, equipamentos e serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais.

15 Declaração de Viabilidade

15.1. Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

16 Justificativa da Viabilidade

16.1 Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

EM BRANCO

Porto Velho-RO, 31 de janeiro de 2024.

HGu Porto Velho
Fl: 14
SALC

MIRIAM KEMPER – Maj
Presidente da EPC

GUILHERME BALTAZAR NEVES – 1º Ten
Integrante Técnico da EPC

SORRIELEN OLIVEIRA TEIXEIRA BUCARTH – 1º Ten
Integrante Técnico da EPC

RENATO DE SOUZA AMARAL – S Ten
Integrante Técnico da EPC

ELZA DA CONCEIÇÃO PATRICIO SENA – 3º Sgt
Integrante Técnico da EPC

EM BRANCO

Matriz de Gerenciamento de Riscos

HGu Porto Velho
Fl: 15
SALC

1. Informações Básicas

Número da Matriz de Alocação de Riscos	Responsável pela Edição	Data de Criação
3/2024	VINICIUS MATHEUS LIRA FREITAS	30/01/2024 09:18

Objeto da Matriz de Riscos

Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de consultoria presencial em física médica de radiodiagnóstico

2. Histórico de Revisões

Nenhuma Revisão encontrada.

3. Riscos Identificados

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Iten
	Ausência da previsão da demanda no Plano de Contratações Anual (PCA)	Falta de planejamento do setor requisitante	Planejamento	Administração	Médio	
	Impactos					
1	Impossibilidade ou atraso da contratação					
	Ações Preventivas					
P-01	Enc SALC confere com os setores requisitantes se alguma demanda deixou de ser lançada no PCA em A-1.			**Responsável:** LEONARDO NUNES SANTANA		
P-02	Presidente da equipe de planejamento da contratação verifica durante a elaboração do ETP se a demanda foi inserida no PCA.			**Responsável:** MIRIAM KEMPER		
	Ações de Contingência					
C-01	Enc SALC solicita ao setor requisitante a formalização das justificativas para alteração intempestiva do PCA, levando-as para aprovação do OD.			**Responsável:** LEONARDO NUNES SANTANA		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Ite
	Superdimensionamento ou insuficiência das quantidades demandadas	Falha de utilização de memória de cálculo e projeções	Planejamento	Administração	Médio	
	Impactos					
1	Desperdício ou necessidade de abertura de nova licitação					
	Ações Preventivas					
P-01	Auxiliar da SALC confere se há memória de cálculo e projeções coerentes durante a elaboração do ETP			**Responsável:** VINICIUS MATHEUS LIF FREITAS		
P-02	Enc SALC confere se há memória de cálculo e projeções coerentes após ETP ser entregue na SALC			**Responsável:** LEONARDO NUNES SANTANA		
	Ações de Contingência					
C-01	Enc SALC devolve ETP para a equipe de planejamento realizar as correções devidas			**Responsável:** LEONARDO NUNES SANTANA		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº I
	Especificações incompletas e/ou desnecessárias ou com requisitos técnicos irrelevantes e/ou insuficientes	Falta de conhecimento técnico da equipe de planejamento	Planejamento	Administração	Médio	
	Impactos					
1	Diminuição da competição e aumento indevido do custo da contratação ou não atendimento da demanda					
	Ações Preventivas					
P-01	OD designa Equipe de Planejamento da Contratação contendo pelo menos um integrante técnico do setor requisitante			**Responsável:** LEONARDO NUNES SANTAN		
P-02	Presidente da equipe de planejamento revisa as especificações e requisitos técnicos juntamente com o integrante técnico da equipe antes do envio do ETP			**Responsável:** MIRIAM KEMPER		
	Ações de Contingência					
C-01	Equipe de planejamento refaz o ETP com as devidas correções			**Responsáveis:** RENATO DE SOUZA AMAR		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-01	Documentos da fase preparatória com informações divergentes quando comparados	Falta de revisão do processo como um todo após elaboração do edital	Planejamento	Administração	Médio	

Impactos

1 Contratação mal fundamentada e/ou que não atende a necessidade

Ações Preventivas

P-01 Aux SALC revisa o processo como um todo antes de despachar com o Enc SALC — **Responsável:** VINICIUS MATHEUS LIRA FREITAS

P-02 Enc SALC revisa o processo como um todo antes de despachar com o OD — **Responsável:** LEONARDO NUNES SANTANA

Ações de Contingência

C-01 Equipe de planejamento refaz o ETP com as devidas correções — **Responsáveis:** RENATO DE SOUZA AMARAL, SORRIELEN OLIVEIRA TEIXEIRA

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-02	Exigências que podem direcionar a contratação para determinado fornecedor	Levantamento de mercado inadequado	Planejamento	Administração	Médio	

Impactos

1 Diminuição da competição e aumento indevido do custo da contratação

Ações Preventivas

P-01 Auxiliar da SALC verifica se no ETP que está sendo elaborado consta adequado levantamento de mercado — **Responsável:** VINICIUS MATHEUS LIRA FREITAS

P-02 Enc SALC verifica se no ETP recebido consta adequado levantamento de mercado — **Responsável:** LEONARDO NUNES SANTANA

Ações de Contingência

C-01 Enc SALC devolve ETP para a Equipe de planejamento realizar as correções devidas — **Responsável:** LEONARDO NUNES SANTANA

úmero	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-03	Pesquisa de preços inadequada	Agentes responsáveis pela pesquisa de preços sem capacitação	Planejamento	Administração	Médio	

Impactos

1 Superfaturamento ou inexecução contratual

Ações Preventivas

P-01 Auxiliar da SALC confere se a pesquisa está sendo realizada conforme padronização do Enc SALC — **Responsável:** VINICIUS MATHEUS LIRA FREITAS

P-02 Enc SALC confere se a pesquisa foi entregue conforme padronização estabelecida — **Responsável:** LEONARDO NUNES SANTANA

Ações de Contingência

C-01 Enc SALC devolve a pesquisa de preços para a Equipe de planejamento realizar as correções devidas — **Responsável:** LEONARDO NUNES SANTANA

mero	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-04	Insuficiência de critérios de sustentabilidade	ETP incompleto	Planejamento	Administração	Médio	

Impactos

Aumento da probabilidade de impactos ambientais

Ações Preventivas

-01 Auxiliar da SALC confere se no ETP que está sendo elaborado existem critérios de sustentabilidade e se estão alinhados ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (GNCS) — **Responsável:** VINICIUS MATHEUS LIRA FREITAS

-02 Enc SALC confere se no ETP recebido existem critérios de sustentabilidade e se estão alinhados ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (GNCS) — **Responsável:** LEONARDO NUNES SANTANA

Ações de Contingência

01 Enc SALC devolve ETP para a equipe de planejamento realizar as correções devidas — **Responsável:** LEONARDO NUNES SANTANA

ero	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-05	Atraso na divulgação do ato convocatório após toda a documentação da fase preparatória ter sido elaborada	Quantidade insuficiente de agentes de contratação em relação ao volume de demandas	Seleção do Fornecedor	Administração	Médio	

Impactos

Impossibilidade ou atraso da contratação

HGu Porto Velho
Fls. 16
SALC

Ações Preventivas

P-01 Adj SALC acompanha cronograma dos processos licitatórios estabelecido no PCA de A-1 e estipula prazos aos pregoeiros **Responsável:** VINICIUS MATHEUS LIRA FREITAS

P-02 Enc SALC acompanha o cumprimento dos prazos estabelecidos no PCA em A-1 **Responsável:** LEONARDO NUNES SANTANA

Ações de Contingência

C-01 Enc SALC reavalia com a Direção a priorização do processo atrasado em detrimento de outros levando em consideração o grau de urgência da contratação **Responsável:** LEONARDO NUNES SANTANA

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
	Seleção de fornecedor que não atende aos requisitos mínimos de qualidade e desempenho estabelecidos	Descuido do agente de contratação e equipe de apoio	Seleção do Fornecedor	Administração	Médio	

Impactos

1 Não atendimento ou atendimento insuficiente da necessidade da contratação

Ações Preventivas

P-01 OD designa equipe de apoio com integrante técnico capaz avaliar as especificações técnicas das propostas **Responsável:** LEONARDO NUNES SANTANA

P-02 Pregoeiro realiza julgamento das propostas junto com a equipe de apoio **Responsável:** VINICIUS MATHEUS LIRA FREITAS

Ações de Contingência

C-01 Pregoeiro somente aceita a proposta após parecer e ateste do integrante técnico da equipe **Responsável:** VINICIUS MATHEUS LIRA FREITAS

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
	Desclassificação de proposta vantajosa por erros formais ou vícios sanáveis	Descuido do agente de contratação	Seleção do Fornecedor	Administração	Médio	

Impactos

1 Não seleção da proposta mais vantajosa

Ações Preventivas

P-01 Pregoeiro realiza diligências antes de desclassificar proposta **Responsável:** VINICIUS MATHEUS LIRA FREITAS

P-02 Enc SALC acompanha o andamento da sessão pública **Responsável:** LEONARDO NUNES SANTANA

Ações de Contingência

C-01 Enc SALC exige que pregoeiro desclassifique propostas apenas após diligências realizadas **Responsável:** LEONARDO NUNES SANTANA

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
	Seleção de fornecedor que não atende a exigências previstas na habilitação	Descuido do agente de contratação	Seleção do Fornecedor	Administração	Médio	

Impactos

1 Contratação de fornecedor inapto a suprir a demanda da administração

Ações Preventivas

P-01 Pregoeiro conclui habilitação somente após revisar a conferência já realizada **Responsável:** VINICIUS MATHEUS LIRA FREITAS

P-02 Enc SALC acompanha o andamento da sessão pública **Responsável:** LEONARDO NUNES SANTANA

Ações de Contingência

C-01 Enc SALC orienta OD a não homologar o item destinado a fornecedor que não atende aos requisitos da habilitação **Responsável:** LEONARDO NUNES SANTANA

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
	Ausência de ampla publicidade do ato convocatório	Universo restrito de possíveis fornecedores que atendam à demanda	Seleção do Fornecedor	Administração	Médio	

Impactos

1 Licitação deserta, fracassada ou desvantajosa

Ações Preventivas

P-01 Setor requisitante divulga abertura da licitação por e-mail para a maior quantidade possível de potenciais licitantes **Responsável:** RENATO DE SOUZA AMARAL

P-02 Enc SALC confere se foi dada ampla publicidade do ato convocatório **Responsável:** LEONARDO NUNES SANTANA

Ações de Contingência

C-01 Enc SALC orienta pregoeiro a realizar nova publicação com a devida publicidade necessária **Responsável:** LEONARDO NUNES SANTANA

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº It

R-13	Atuação falha nas respostas aos recursos, pedidos de esclarecimento ou impugnação	Descuido do agente de contratação e equipe de apoio	Seleção do Fornecedor	Administração	Médio

Impactos

1 Questionamentos futuros, sobre a contratação, com possibilidade de anulação do processo

Ações Preventivas

P-01 Pregoeiro elabora respostas sempre evidenciando os amparos em legislação e complementando com os embasamentos técnicos da equipe de apoio **Responsável:** VINICIUS MATHEUS LIRA FREITAS

P-02 Enc SALC confere os rascunhos das respostas formuladas antes de envio aos interessados pelo pregoeiro **Responsável:** LEONARDO NUNES SANTANA

Ações de Contingência

C-01 Enc SALC devolve o rascunho da resposta com as observações necessárias para o pregoeiro realizar as correções **Responsável:** LEONARDO NUNES SANTANA

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-14	Inobservância de proposta fictícia, de fachada ou de cobertura, apresentada ou de desatendimento proposital dos requisitos de habilitação para favorecer determinada empresa	Conluio entre fornecedores	Seleção do Fornecedor	Administração	Médio	

Impactos

1 Questionamentos futuros, sobre a contratação, com possibilidade de anulação do processo

Ações Preventivas

P-01 Pregoeiro busca padrões de comportamento comum e/ou recorrentes entre os fornecedores **Responsável:** VINICIUS MATHEUS LIRA FREITAS

P-02 Enc SALC acompanha o andamento da sessão pública **Responsável:** LEONARDO NUNES SANTANA

Ações de Contingência

C-01 Enc SALC alerta pregoeiro para que realize diligências a fim de elucidar os indícios e provocar a abertura de processo administrativo sancionador se for o caso **Responsável:** LEONARDO NUNES SANTANA

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-15	Aceitação de proposta com preço acima do valor de referência ou manifestadamente inexequível	Descuido do agente de contratação	Seleção do Fornecedor	Administração	Médio	

Impactos

1 Superfaturamento ou inexecução contratual

Ações Preventivas

P-01 Pregoeiro negocia redução de preço acima do valor referência e realiza diligências caso preço esteja muito abaixo da média das propostas **Responsável:** VINICIUS MATHEUS LIRA FREITAS

P-02 Enc SALC acompanha o andamento da sessão pública **Responsável:** LEONARDO NUNES SANTANA

Ações de Contingência

C-01 Enc SALC assessora OD a não homologar item com preço acima do valor de referência ou manifestadamente inexequível **Responsável:** LEONARDO NUNES SANTANA

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-16	Recebimento de produtos/serviços com características diferentes do especificado ou que não foram entregues.	Falha de conferência no recebimento provisório dos fiscais de contrato e no recebimento definitivo do gestor de contrato	Gestão de Contrato	Administração	Médio	

Impactos

1 Não atendimento da necessidade da contratação

Ações Preventivas

P-01 Auxiliar da carteira de contratos da SALC indica para serem designados gestores e fiscais de contrato preferencialmente os próprios requisitantes e/ou outros militares que detenham conhecimento técnico necessário para conferência no recebimento **Responsável:** FABIO GIL LOPES SILVA

P-02 Ch DA verifica semanalmente com os gestores e fiscais de contrato o andamento das execuções contratuais **Responsável:** ANA CRISTINA HOLANDA SILVA

Ações de Contingência

C-01 Ch DA orienta gestor de contrato a cobrar do contratado a devolução do material e envio de novo material com especificações corretas ou repetição do serviço **Responsável:** ANA CRISTINA HOLANDA SILVA

conforme especificações constantes do TR e Contrato

HGu Porto Velho
Fl. 17
SALC

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
	Prorrogação contratual não formalizada em tempo hábil	Falta de atuação tempestiva do gestor e fiscal técnico do contrato	Gestão de Contrato	Administração	Médio	

Impactos

1 Descontinuidade do serviço ou fornecimento contínuo

Ações Preventivas

P-01 Auxiliar da carteira de contratos da SALC alerta o gestor e fiscal de contrato antes de 3 meses do término da vigência contratual — **Responsável:** FABIO GIL LOPES SILVA

P-02 Enc SALC acompanha semanalmente os prazos de vigência contratual por meio do Compras.gov.br Contratos — **Responsável:** LEONARDO NUNES SANTANA

Ações de Contingência

C-01 Enc SALC envia DIEx para Ch DA, Gestor e Fiscal Técnico do Contrato alertando quanto à possibilidade de descontinuidade do contrato caso não tenha ocorrido provocação da renovação a 3 meses do término da vigência contratual — **Responsável:** LEONARDO NUNES SANTANA

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
	Atraso ou não entrega/execução do material/serviço.	Aumento de custos ou problemas logísticos da contratada	Gestão de Contrato	Administração	Médio	

Impactos

1 Atraso ou não atendimento da necessidade da contratação

Ações Preventivas

-01 Gestor de contrato notifica o fornecedor com tempestividade, antes e logo após ultrapassado o prazo pra entrega/execução do objeto, alertando sobre a possibilidade de abertura de processo administrativo sancionador — **Responsável:** FABIO GIL LOPES SILVA

P-02 Ch DA verifica semanalmente com os gestores e fiscais de contrato o andamento das execuções contratuais — **Responsável:** ANA CRISTINA HOLANDA SILVA

Ações de Contingência

C-01 Gestor de contrato solicita ao Ch DA a abertura de processo administrativo sancionador — **Responsável:** FABIO GIL LOPES SILVA

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
	Concessão indevida ou não concessão prevista de reajuste, repactuação ou reequilíbrio econômico-financeiro	Falta de conhecimento do Gestor e do Fiscal Administrativo do Contrato	Gestão de Contrato	Administração	Médio	

Impactos

1 Precariedade da execução contratual ou dano ao erário

Ações Preventivas

P-01 Auxiliar da carteira de contratos da SALC auxilia gestor e fiscal de contrato orientando sobre prazos e metodologia para alterações contratuais — **Responsável:** FABIO GIL LOPES SILVA

P-02 Enc SALC analisa o conteúdo das documentações elaboradas sobre alterações contratuais antes de despachar com o OD — **Responsável:** LEONARDO NUNES SANTANA

Ações de Contingência

C-01 Enc SALC devolve o pedido de alteração contratual ao gestor do contrato para correções — **Responsável:** LEONARDO NUNES SANTANA

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
	Não manutenção das condições de habilitação exigidas	Falta de atuação do gestor e fiscal administrativo do contrato	Gestão de Contrato	Administração	Médio	

Impactos

1 Dificuldade ou inviabilização da execução do objeto

Ações Preventivas

P-01 Gestor e fiscal administrativo do contrato verificam frequentemente as condições de habilitação da empresa — **Responsáveis:** SORRIELEN OLIVEIRA TEIXEIRA, RENATO DE SOUZA AMARAL

P-02 Auxiliar da carteira de empenhos da SALC verifica condições de habilitação por ocasião da emissão de notas de empenho — **Responsável:** ANALIA DA SILVA VIEIRA

Ações de Contingência

C-01 Auxiliar da carteira de empenhos devolve requisição de empenho ao gestor de contrato e fiscal de contrato para que façam gestões junto a contratada — **Responsável:** ANALIA DA SILVA VIEIRA

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
	Fiscalização inexistente ou inadequada	Acúmulo de contratos a serem geridos ou fiscalizados	Gestão de Contrato	Administração	Médio	

	Impactos	
1	Atraso ou não atendimento da necessidade	
	Ações Preventivas	
P-01	Auxiliar da SALC mantém escala de designação de gestores e fiscais de contrato de forma a evitar sobrecarregar militares	**Responsável:** VINICIUS MATHEUS LIRA FREITAS
P-02	Enc SALC acompanha o tratamento isonômico para distribuição das funções de gestor e fiscal de contrato	**Responsável:** LEONARDO NUNES SANTANA
	Ações de Contingência	
C-01	Enc SALC indica as alterações necessárias quanto à mudança de gestor e fiscal de contrato para o Fiscal Adm	**Responsável:** LEONARDO NUNES SANTANA

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-02	Atraso no pagamento de faturas/notas fiscais	Lentidão no recebimento provisório pelos fiscais de contrato e recebimento definitivo pelo gestor do contrato	Gestão de Contrato	Administração	Médio	

	Impactos	
1	Precariedade da execução contratual e pagamento de juros, mora e/ou multa	
	Ações Preventivas	
P-01	Gestor e fiscal estabelecem rotina para que um alerte o outro acerca da tempestividade necessária dos recebimentos	**Responsáveis:** SORRIELEN OLIVEIRA TEIXEIRA, RENATO DE SOUZA AMARAL
P-02	Ch DA acompanha a atuação dos gestores e fiscais de contrato quanto ao pagamento de faturas/notas fiscais	**Responsável:** ANA CRISTINA HOLANDA SILVA
	Ações de Contingência	
C-01	Ch DA cobra do gestor e fiscal de contrato que estão atrasados quanto ao recebimento	**Responsável:** ANA CRISTINA HOLANDA SILVA

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-03	Inversão dos estágios da despesa	Recebimento provisório e definitivo indevidos	Gestão de Contrato	Administração	Médio	

	Impactos	
1	Atraso ou não atendimento da necessidade	
	Ações Preventivas	
P-01	Gestor de contrato elabora termo de recebimento definitivo somente após minuciosa conferência do termo de recebimento provisório do fiscal de contrato	**Responsável:** FABIO GIL LOPES SILVA
P-02	Chefe do setor financeiro verifica se recebimentos foram atestados antes da liquidação da NF	**Responsável:** BRUNO MARCELO DE SOUZA MUNIZ
	Ações de Contingência	
C-01	Chefe do setor financeiro devolve ao gestor de contrato as NF cujos recebimentos não foram atestados	**Responsável:** BRUNO MARCELO DE SOUZA MUNIZ

4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

Nenhum acompanhamento incluído.

5. Responsáveis / Assinantes

Equipe de Planejamento

MIRIAM KEMPER
Presidente da EPC

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE PORTO VELHO

RELATÓRIO DE PESQUISA DE PREÇOS

(Processo Administrativo nº64593.000662/2024-15)

1. OBJETO

1.1. A presente Pesquisa de Preços foi realizada no período de 07 de Julho de 2023 a 05 de janeiro de 2024, conforme determinações da Instrução Normativa nº 65, de 7 de julho de 2021, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

1.2. A Pesquisa de Preços foi elaborada por este agente tecnicamente capaz de definir quantitativa e qualitativamente as necessidades do objeto, visando à aquisição de Levantamento de Controle de qualidade e Radiação de fuga bem como emissão de Laudo Radiométrico dos Equipamentos que fazem uso de radiações ionizantes para diagnóstico por imagem visando atender às necessidades do Hospital de Guarnição de Porto Velho, visando cumprir a Resolução RDC 611/22 ANVISA .

2. METODOLOGIA APLICADA

2.1. Para a definição do preço, foi utilizado como método, a média obtida na pesquisa de preços, em virtude de se mostrar a mais apropriada e vantajosa ao presente caso, considerando a relativa homogeneidade entre os preços coletados.

3. PARÂMETROS UTILIZADOS

3.1. Conforme previsão da IN 65/2021, foram utilizados os parâmetros previstos no Inciso IV.

3.2. A utilização do parâmetro do inciso IV, em que pese ser a última prioridade de parâmetro a ser utilizada, provavelmente por consequência da especificidade do objeto. Sendo assim a pesquisa foi feita somente com fornecedores locais, por ser mais vantajoso pela especificidade do serviço a ser contratado. Visto que, empresas de outros estados teriam custos extras.

3.3. Os serviços tornam-se extremamente necessários, afim de cumprir os requisitos básicos as normas de segurança de proteção radiológica.

HGu Porto Velho
Fl: 18
SALC

EM BRANCO

4. COMPARATIVO DE PREÇOS

Item	Especificação do Objeto	Catser	Und	Requisição minima	Qtd	1º Orçamento	Legenda	2º Orçamento	Legenda	3º Orçamento	Legenda	Valor Unitário Estimado	Valor Total
1	Testes de Controle de Qualidade em Raio-X móvel conforme a RDC nº 611/2022 e IN 90 da ANVISA. PEGASO 500 Ma, fabricante LOTUS ano de 2022.	13846 / 19070	serviço	-	1	Rad Serviços Especializados e Comércio R$ 13.010,00	4 A	Nuclerad Medical R$ 9.000,00	4 B	Thechmed Engenharia hospitalar R$ 29.850,00	4c	**R$ 17.286,66**	**R$ 17.286,66**
2	Testes de Controle de Qualidade em Raio-X fixo conforme a RDC nº 611/2022 e IN 90 da ANVISA. HF630M DR digital, fabricante LOTUS ano de 2022.				1								
3	Teste de Levantamento radiométrico e Teste de radiação de fuga em Raio-X fixo conforme a RDC nº 611/2022 e IN 90 da ANVISA.				1								

HGu Porto Velho
Fl: 19
SALC

EM BRANCO

4	Testes de Controle de Qualidade em Raio-X odontológico intraoral (periapical) conforme a RDC nº611/2022 e IN95 da ANVISA Equipamento Raio-X Intra - Oral Periapical, Marca Procion, Modelo ION70X, Série:000915181001-B.				1								
5	Testes de Controle de Qualidade em Raio-X odontológico intraoral (periapical) conforme a RDC nº 611/2022 e IN95 da ANVISA Equipamento Raio-X Intra -Oral Periapical, Marca X Dent, Modelo X70, Série: 10061219.				1								
6	Testes de Controle de Qualidade em Raio-X odontológico intraoral (periapical) conforme a RDC nº 611/2022 e IN95 da ANVISA Equipamento Raio-X Intra -Oral Periapical, Marca Procion, Modelo ION70X, Série: 000915181003-B.				1								

HGu Porto Velho
Fl: 20
SALC

EM BRANCO

7	Testes de Controle de Qualidade em Raio-X odontológico intraoral (periapical) conforme a RDC nº 611/2022 e IN95 da ANVISA Equipamento Raio-X Intra -Oral Periapical, Marca Gnatus, Modelo Timex70, Série: 4343196014				1									
8	Testes de Controle de Qualidade em Raio-X odontológico intraoral (periapical) conforme a RDC nº 611/2022 e IN95 da ANVISA Equipamento Raio-X Intra -Oral Periapical, Marca Dabi Atlante, Modelo Spectro 70X, K01036.				1									
9	Testes de Controle de Qualidade em Raio-X odontológico intraoral (periapical) conforme a RDC nº 611/2022 e IN95 da ANVISA Equipamento Raio-X Intra -Oral Periapical, Marca Dabi Atlante, Modelo Spectro 70X, K01055.				1									

HGu Ponto Vel...
Fl: 27
SALC

EM BRANCO

10	Teste de Levantamento radiométrico em Raio-X odontológico intraoral (periapical) conforme a RDC nº 611/2022 eIN 95 da ANVISA. Equipamento Raio-X Intra-Oral Periapical, Marca Procion, Modelo ION70X, Série: 000915181001-B.				1								
11	Teste de Levantamento radiométrico em Raio-X odontológico intraoral (periapical) conforme a RDC nº 611/2022 e IN 95 da ANVISA Equipamento Raio-X Intra-Oral Periapical, Marca X Dent, Modelo X70, Série:10061219.				1								
12	Teste de Levantamento radiométrico em Raio-X odontológico intraoral (periapical) conforme a RDC nº611/2022 e IN 95 da ANVISA Equipamento Raio-X Intra-Oral Periapical, Marca Procion, Modelo ION70X, Série:000915181003-B.				1								

HGu Porto Velho
Fl: 22
SALC

EM BRANCO

13	Teste de Levantamento radiométrico em Raio-X odontológico intraoral (periapical) conforme a RDC nº611/2022 e IN 95 da ANVISA Equipamento Raio-X Intra-Oral Periapical, Marca Gnatus, Modelo Timex70, Série:4343196014.				1								
14	Teste de Levantamento radiométrico em Raio-X odontológico intraoral (periapical) conforme a RDC nº611/2022 e IN 95 da ANVISA Equipamento Raio-X Intra-Oral Periapical, Marca Dabi Atlante, Modelo Spectro70X, K01036.				1								
15	Teste de Levantamento radiométrico em Raio-X odontológico intraoral (periapical) conforme a RDC nº611/2022 e IN 95 da ANVISA Equipamento Raio-X Intra-Oral Periapical, Marca Dabi Atlante, Modelo Spectro 70X, K01055.				1								

HGU Polo Norte
Fl. 23
SALC

EM BRANCO

16	Testes de Controle da Qualidade em Arco cirúrgico conforme a RDC nº 611/2022 e IN 91 da ANVISA. Modelo GE OEC Fluorostar, Série 17040202.				1								
17	Teste de Levantamento radiométrico e Teste de radiação de fuga em Arco cirúrgico conforme a RDC nº 611/2022 e IN 91 da ANVISA.				1								
18	Testes de Controle da Qualidade em Ultrassom conforme a RDC nº 611/2022 e IN 96 da ANVISA Equipamento Ultrassonografia, Marca Philips, Modelo EPIQ 7G, Série USD18B1436.				1								
19	Testes de Controle da Qualidade em Ultrassom conforme a RDC nº 611/2022 e IN 96 da ANVISA Equipamento Ultrassonografia Digital com Doppler Colorido, Marca Chison, Modelo CBit 4, Série 122101373.				1								

HGu Belo Vinho
Fl: 24
SALC

Parâmetros:

4 - pesquisa com os fornecedores.

EM BRANCO

Empresas:

A - Rad Serviços Especializados e Comércio LTDA ; CNPJ: 20.203.886/0001-88

B - Nuclerad Medical L.S. Lopes Física Médica LTDA; CNPJ: 13.617.207/0001-51

C – Techmed Engenharia Hospitalar LTDA; CNPJ: 12.704.512/0001-18

5. RESULTADOS OBTIDOS

5.1. Analisando todos os dados obtidos por esta equipe de pesquisa de preços, conclui-se que a pesquisa realizada cumpriu a finalidade de permitir que a Administração estabelecesse o preço estimado, de acordo com a realidade praticada no mercado, por empresas do mesmo ramo do objeto a ser contratado.

6. ANEXOS

6.1 Orçamentos de Fornecedores do ramo do objeto.

Porto Velho-RO, 31 de janeiro de 2024.

GUILHERME BALTAZAR NEVES – 1º Ten
Agente Responsável Pela Pesquisa de Preços

RENATO DE SOUZA AMARAL – ST
Agente Responsável Pela Pesquisa de Preços

ELZA DA CONCEIÇÃO PATRICIO SENA – 3º Sgt
Agente Responsável Pela Pesquisa de Preços

Fl. 25

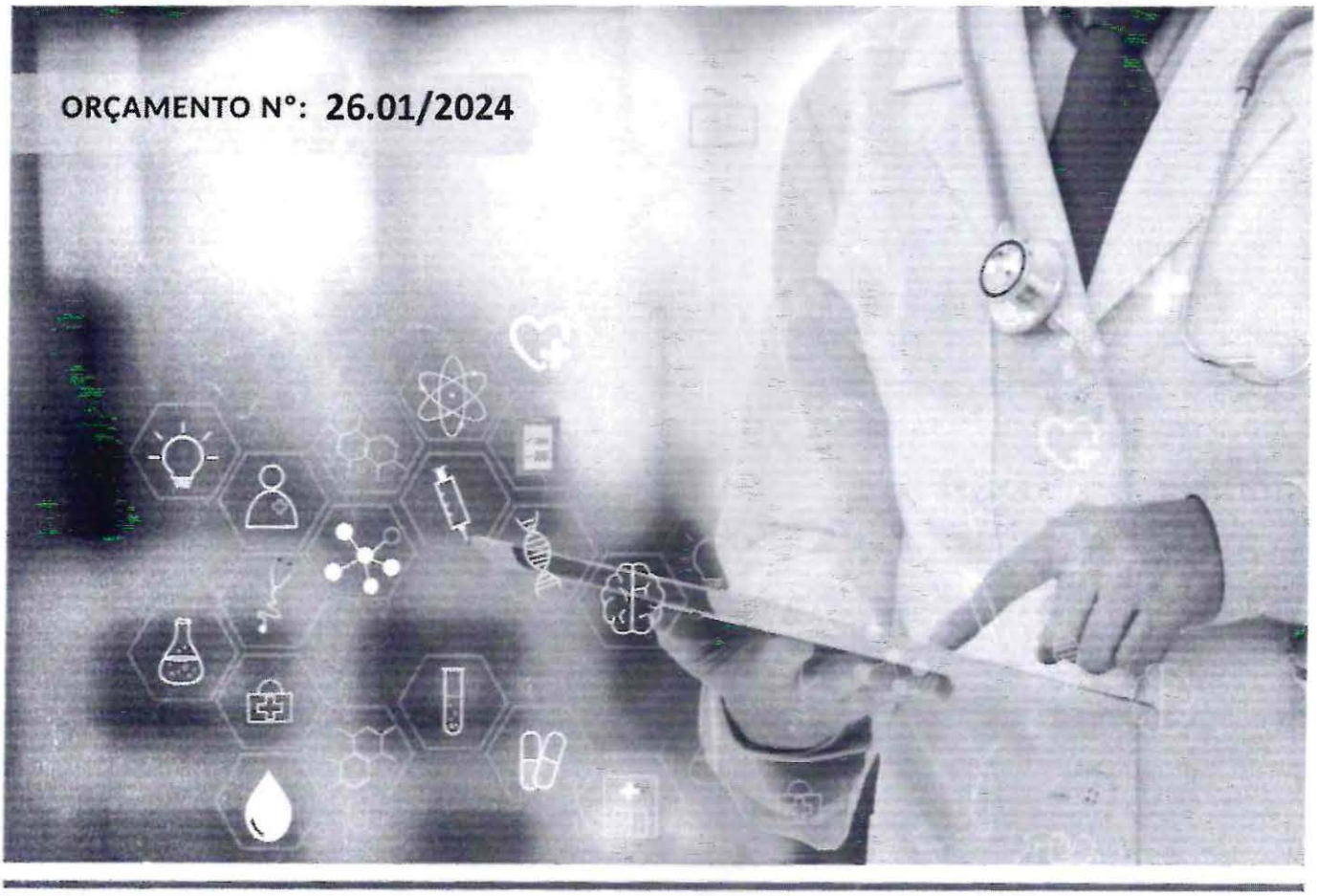
EM BRANCO

HGu Porto Velho
Fl: 26
SALC

LUCIANO SCHWANCK
Supervisor de Radioproteção CNEN RT 0232
Físico Médico ABFM RT 248/1065

Medical NUCLERAD — FÍSICA MÉDICA —

Raio-X • Mamografia • Tomografia • Ressonância • Ultrassom • Odontologia



DADOS DO CLIENTE:

Hospital de Guarnição de Porto Velho
CNPJ: 09.552.435/0001-13
Rua Rui Barbosa, 409
Porto Velho-RO

Medical NUCLERAD — FÍSICA MÉDICA —

A **NUCLERAD MEDICAL** é uma empresa de Física Médica, prestando há mais de 15 anos assessoria em radioproteção e segurança a serviços de Radiodianóstico médico e odontológico. Realizamos orientação técnica em soluções e adequações a fim de garantir que o serviço de radiodiagnóstico seja realizado de acordo com as diretrizes de radioproteção e segurança exigidos pelas resoluções e intruções normativas da ANVISA.

(69) 98112-1888
nuclerad.medical
nuclerad.medical
nuclerad.medical@gmail.com



EM BRANCO

Medical NUCLERAD
FÍSICA MÉDICA

LUCIANO SCHWANCK
Supervisor de Radioproteção CNEN RT 0232
Físico Médico ABFM RT 248/1065

Introdução à legislação:

As "Legislações em Proteção Radiológica em Radiodiagnóstico Médico e Odontológico", são definidas pela **Resolução RDC 611/22 ANVISA** e Instruções Normativas Complementares, visando a saúde dos pacientes, dos profissionais envolvidos e do público em geral.

Todos os envolvidos precisam cumprir os regulamentos. Em caso de não cumprimento, institui-se infração de natureza sanitária, sujeitos a interdição, suspensão do alvará ou multa.

Portanto, todos os estabelecimentos que fazem uso de radiações ionizantes para diagnóstico por imagem, devem possuir um PROGRAMA DE CONTROLE DE QUALIDADE em todos os equipamentos de emissores de radiação ionizante, ultrassom e ressonância magnética, possuir os relatórios de levantamento radiométrico de todas as salas de raios X e atribuir aspectos de proteção radiológica, controle e garantia de qualidade a um supervisor de proteção radiológica (SPR), Físico Médico.

Valor dos serviços:

Descrição do Serviço e despesas	Qtde	Valor Unitário	Total
Testes de Controle de Qualidade em Raio-X móvel conforme a RDC nº 611/2022 e IN 90 da ANVISA. PEGASO 500 Ma, fabricante LOTUS ano de 2022	1	R$ 1.000,00	R$ 9.000,00
Testes de Controle de Qualidade em Raio-X fixo conforme a RDC nº 611/2022 e IN 90 da ANVISA. HF630M DR digital, fabricante LOTUS ano de 2022	1	R$ 1.400,00	
Teste de Levantamento radiométrico e Teste de radiação de fuga em Raio-X fixo conforme a RDC nº 611/2022 e IN 90 da ANVISA.	1	R$ 800,00	
Testes de Controle de Qualidade em Raio-X odontológico intraoral (periapical) conforme a RDC nº 611/2022 e IN95 da ANVISA Equipamento Raio-X Intra - Oral Periapical, Marca Procion, Modelo ION70X, Série: 000915181001-B	1	R$ 300,00	
Testes de Controle de Qualidade em Raio-X odontológico intraoral (periapical) conforme a RDC nº 611/2022 e IN95 da ANVISA Equipamento Raio-X Intra -Oral Periapical, Marca X Dent, Modelo X70, Série: 10061219	1	R$ 300,00	
Testes de Controle de Qualidade em Raio-X odontológico intraoral (periapical) conforme a RDC nº 611/2022 e IN95 da ANVISA Equipamento Raio-X Intra -Oral Periapical, Marca Procion, Modelo ION70X, Série: 000915181003-B	1	R$ 300,00	
Testes de Controle de Qualidade em Raio-X odontológico intraoral (periapical) conforme a RDC nº 611/2022 e IN95 da ANVISA Equipamento Raio-X Intra -Oral Periapical, Marca Gnatus, Modelo Timex70, Série: 4343196014	1	R$ 300,00	
Testes de Controle de Qualidade em Raio-X odontológico intraoral (periapical) conforme a RDC nº 611/2022 e IN95 da ANVISA Equipamento Raio-X Intra -Oral Periapical, Marca Dabi Atlante, Modelo Spectro 70X, K01036	1	R$ 300,00	
Testes de Controle de Qualidade em Raio-X odontológico intraoral (periapical) conforme a RDC nº 611/2022 e IN95 da ANVISA Equipamento Raio-X Intra -Oral Periapical, Marca Dabi Atlante, Modelo Spectro 70X, K01055	1	R$ 300,00	

EM BRANCO

Medical NUCLERAD
FÍSICA MÉDICA

LUCIANO SCHWANCK
Supervisor de Radioproteção CNEN RT 0232
Físico Médico ABFM RT 248/1065

Raio-X • Mamografia • Tomografia • Ressonância • Ultrassom • Odontologia

Teste de Levantamento radiométrico em Raio-X odontológico intraoral (periapical) conforme a RDC nº 611/2022 eIN 95 da ANVISA. Equipamento Raio-X Intra -Oral Periapical, Marca Procion, Modelo ION70X, Série: 000915181001-B	1	R$ 200,00	
Teste de Levantamento radiométrico em Raio-X odontológico intraoral (periapical) conforme a RDC nº 611/2022 e IN 95 da ANVISA Equipamento Raio-X Intra -Oral Periapical, Marca X Dent, Modelo X70, Série: 10061219	1	R$ 200,00	
Teste de Levantamento radiométrico em Raio-X odontológico intraoral (periapical) conforme a RDC nº 611/2022 e IN 95 da ANVISA Equipamento Raio-X Intra -Oral Periapical, Marca Procion, Modelo ION70X, Série: 000915181003-B	1	R$ 200,00	
Teste de Levantamento radiométrico em Raio-X odontológico intraoral (periapical) conforme a RDC nº 611/2022 e IN 95 da ANVISA Equipamento Raio-X Intra -Oral Periapical, Marca Gnatus, Modelo Timex70, Série: 4343196014	1	R$ 200,00	
Teste de Levantamento radiométrico em Raio-X odontológico intraoral (periapical) conforme a RDC nº 611/2022 e IN 95 da ANVISA Equipamento Raio-X Intra -Oral Periapical, Marca Dabi Atlante, Modelo Spectro 70X, K01036	1	R$ 200,00	
Teste de Levantamento radiométrico em Raio-X odontológico intraoral (periapical) conforme a RDC nº 611/2022 e IN 95 da ANVISA Equipamento Raio-X Intra -Oral Periapical, Marca Dabi Atlante, Modelo Spectro 70X, K01055	1	R$ 200,00	
Testes de Controle da Qualidade em Arco cirúrgico conforme a RDC nº 611/2022 e IN 91 da ANVISA. Modelo GE OEC Fluorostar, Série 17040202	1	R$ 800,00	
Teste de Levantamento radiométrico e Teste de radiação de fuga em Arco cirúrgico conforme a RDC nº 611/2022 e IN 91 da ANVISA.	1	R$ 400,00	
Testes de Controle da Qualidade em Ultrassom conforme a RDC nº 611/2022 e IN 96 da ANVISA Equipamento Ultrassonografia, Marca Philips, Modelo EPIQ 7G, Série USD18B1436	1	R$ 800,00	
Testes de Controle da Qualidade em Ultrassom conforme a RDC nº 611/2022 e IN 96 da ANVISA Equipamento Ultrassonografia Digital com Doppler Colorido, Marca Chison, Modelo CBit 4, Série 122101373.	1	R$ 800,00	
Relatórios impressos e link para acesso em PDF	-		*cortesia*
	Valor Total		**R$ 9.000,00**

(1) Sem custo de deslocamento, considerando nossa base de Porto Velho

Formas de pagamento:

Formas de Pagamento	
Valor a vista	R$ 9.000,00

Validade da proposta: 90 dias

Prazo para entrega dos relatórios: 20 dias

EM BRANCO

Medical NUCLERAD
FÍSICA MÉDICA

LUCIANO SCHWANCK
Supervisor de Radioproteção CNEN RT 0232
Físico Médico ABFM RT 248/1065

Nossa empresa:

L. S. Lopes Física Médica
CNPJ: 13.617.207/0001-51
E-mail: nuclerad.medical@gmail.com
Av. Getúlio Vargas, 491 – Bairro Novo Cacoal – Cacoal/RO

Condições para a prestação dos serviços:

1. Na data agendada para o serviço, todos os equipamentos inclusive o sistema de processamento de imagem, devem estar em perfeitas condições de funcionamento;
2. Para a realização dos testes é necessário que cada sala seja disponibilizada de 30min a 1h, com agendamento prévio informado em até 7 dias antes da visita;
3. Para a realização dos testes nos equipamentos de radiodiagnóstico, é necessária a presença de um técnico de Raios X que esteja habituado com as rotinas de exames da instituição, para orientar e acompanhar os serviços;
4. Testes em equipamentos de Ultrassom devem ser acompanhados pelo médico ou pessoa responsável pela impressão das imagens;
5. A data de realização será definida em comum acordo, sugerida pelo Físico, conforme disponibilidade. Em caso de desistência ou problemas de funcionamento no aparelho que impeçam as medidas, o contratante deve comunicar por e-mail num prazo máximo de 48 horas antes da data agendada, do contrário será cobrada taxa de 50% do valor do serviço.

Porto Velho/RO, 26 de Janeiro de 2024

Luciano Schwanck
NUCLERAD MEDICAL

NUCLERAD MEDICAL
CNPJ: 13.617.207/0001-51

Aceite do cliente
Concordo com o valor da proposta. Assinatura e carimbo

EM BRANCO

HGu Porto Velho
Fl: 30
SALC

RAD PROTEÇÃO RADIOLÓGICA
www.radcare.com.br
SOLUÇÃO EM PROTEÇÃO RADIOLÓGICA E FÍSICA MÉDICA.

HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE PORTO VELHO / RO

CNPJ: 09.552.435/0001-13

Contratação de serviços especializado de controle de qualidade, levantamento radiometrico e teste de radiação de fuga nos equipamentos de Raios-X Médico, Raios X Odontológico, Arco Cirúrgico e Ultrassom do Hospital de Guarnição de Porto Velho / RO, conforme a RDC 611/2022

Item	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	Qnt	Valor unitário	Valor Total (R$)
1.	Testes de Controle de Qualidade em Raio-X móvel conforme a RDC nº 611/2022 e IN 90 da ANVISA. PEGASO 500 Ma, fabricante LOTUS ano de 2022	1	R$ 950,00	R$ 13.010,00
2.	Testes de Controle de Qualidade em Raio-X fixo conforme a RDC nº 611/2022 e IN 90 da ANVISA. HF630M DR digital, fabricante LOTUS ano de 2022	1	R$ 950,00	
3.	Teste de Levantamento radiométrico e Teste de radiação de fuga em Raio-X fixo conforme a RDC nº 611/2022 e IN 90 da ANVISA.	1	R$ 650,00	
4.	Testes de Controle de Qualidade em Raio-X odontológico intraoral (periapical) conforme a RDC nº 611/2022 e IN95 da ANVISA Equipamento Raio-X Intra - Oral Periapical, Marca Procion, Modelo ION70X, Série: 000915181001-B	1	R$ 660,00	
5.	Testes de Controle de Qualidade em Raio-X odontológico intraoral (periapical) conforme a RDC nº 611/2022 e IN95 da ANVISA Equipamento Raio-X Intra -Oral Periapical, Marca X Dent, Modelo X70, Série: 10061219	1	R$ 660,00	
6.	Testes de Controle de Qualidade em Raio-X odontológico intraoral (periapical) conforme a RDC nº 611/2022 e IN95 da ANVISA Equipamento Raio-X Intra -Oral Periapical, Marca Procion, Modelo ION70X, Série: 000915181003-B	1	R$ 660,00	
7.	Testes de Controle de Qualidade em Raio-X odontológico intraoral (periapical) conforme a RDC nº 611/2022 e IN95 da ANVISA Equipamento Raio-X Intra -Oral Periapical, Marca Gnatus, Modelo Timex70, Série: 4343196014	1	R$ 660,00	
8.	Testes de Controle de Qualidade em Raio-X odontológico intraoral (periapical) conforme a RDC nº 611/2022 e IN95 da ANVISA Equipamento Raio-X Intra -Oral Periapical, Marca Dabi Atlante, Modelo Spectro 70X, K01036	1	R$ 660,00	
9.	Testes de Controle de Qualidade em Raio-X odontológico intraoral (periapical) conforme a RDC nº 611/2022 e IN95 da ANVISA Equipamento Raio-X Intra -Oral Periapical, Marca Dabi Atlante, Modelo Spectro 70X, K01055	1	R$ 660,00	

EM BRANCO

HGu Porto Velho
Fl: 31
SALC

Item	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	Qnt	Valor unitário	Valor Total (R$)
10.	Teste de Levantamento radiométrico em Raio-X odontológico intraoral (periapical) conforme a RDC nº 611/2022 eIN 95 da ANVISA. Equipamento Raio-X Intra -Oral Periapical, Marca Procion, Modelo ION70X, Série: 000915181001-B	1	R$ 400,00	
11.	Teste de Levantamento radiométrico em Raio-X odontológico intraoral (periapical) conforme a RDC nº 611/2022 e IN 95 da ANVISA Equipamento Raio-X Intra -Oral Periapical, Marca X Dent, Modelo X70, Série: 10061219	1	R$ 400,00	
12.	Teste de Levantamento radiométrico em Raio-X odontológico intraoral (periapical) conforme a RDC nº 611/2022 e IN 95 da ANVISA Equipamento Raio-X Intra -Oral Periapical, Marca Procion, Modelo ION70X, Série: 000915181003-B	1	R$ 400,00	
13.	Teste de Levantamento radiométrico em Raio-X odontológico intraoral (periapical) conforme a RDC nº 611/2022 e IN 95 da ANVISA Equipamento Raio-X Intra -Oral Periapical, Marca Gnatus, Modelo Timex70, Série: 4343196014	1	R$ 400,00	
14.	Teste de Levantamento radiométrico em Raio-X odontológico intraoral (periapical) conforme a RDC nº 611/2022 e IN 95 da ANVISA Equipamento Raio-X Intra -Oral Periapical, Marca Dabi Atlante, Modelo Spectro 70X, K01036	1	R$ 400,00	
15.	Teste de Levantamento radiométrico em Raio-X odontológico intraoral (periapical) conforme a RDC nº 611/2022 e IN 95 da ANVISA Equipamento Raio-X Intra -Oral Periapical, Marca Dabi Atlante, Modelo Spectro 70X, K01055	1	R$ 400,00	
16.	Testes de Controle da Qualidade em Arco cirúrgico conforme a RDC nº 611/2022 e IN 91 da ANVISA. Modelo GE OEC Fluorostar, Série 17040202	1	R$ 950,00	
17.	Teste de Levantamento radiométrico e Teste de radiação de fuga em Arco cirúrgico conforme a RDC nº 611/2022 e IN 91 da ANVISA.	1	R$ 650,00	
18.	Testes de Controle da Qualidade em Ultrassom conforme a RDC nº 611/2022 e IN 96 da ANVISA Equipamento Ultrassonografia, Marca Philips, Modelo EPIQ 7G, Série USD18B1436	1	R$ 1.250,00	
19.	Testes de Controle da Qualidade em Ultrassom conforme a RDC nº 611/2022 e IN 96 da ANVISA Equipamento Ultrassonografia Digital com Doppler Colorido, Marca Chison, Modelo CBit 4, Série 122101373.	1	R$ 1.250,00	
	Valor Total			**R$ 13.010,00**

EM BRANCO

HGu Porto Velho
Fl: 32
SALC

O valor total é R$ 13.010,00 (Treze mil e dez reais).

O prazo de validade da proposta de preços é de 90 (noventa) dias.

DADOS DA PROPONENTE

Razão Social: RAD SERVIÇOS ESPECIALIZADOS E COMÉRCIO LTDA

CNPJ/MF: [redacted]

I.E [redacted]

Cidade: Taubaté-SP

Tributação: Simples Nacional

Banco: Itaú Agência: [redacted]

Pessoa para contato: Kerlen Ferreira

E-mail: comercial@radcare.com.br

Tel./Fax: (11) 3136-0207 (11) [redacted]

Dados do Representante Legal da Empresa para assinatura do Contrato:

Nome: Tarcisio Costa e Silva.

Endereço: [redacted]

CEP: [redacted] Cidade: São Bento do Sapucaí UF: SP

CPF/MF: [redacted] Cargo/Função: Administrador

RG nº: [redacted] Expedido por: SSP

Naturalidade: São Bento do Sapucaí - SP Nacionalidade: BRASILEIRA

Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 2024.

TARCISIO DA COSTA E SILVA:35199328816

Assinado de forma digital por TARCISIO DA COSTA E SILVA:35199328816
Dados: 2024.01.26 16:48:58 -03'00'

Tarcisio Costa e Silva
CPF: [redacted]
Representante Legal

EM BRANCO

TECHMED
Safe Care

HGu Porto Velho
Fl: 33
SALC

Cliente: HGUPVH
Endereço: [redacted]
A/C: 1º Sgt. Renato

Item	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	Qnt	Valor unitário	Valor Total (R$)
1.	Testes de Controle de Qualidade em Raio-X móvel conforme a RDC nº 611/2022 e IN 90 da ANVISA. PEGASO 500 Ma, fabricante LOTUS ano de 2022	1	R$ 2.100,00	
2.	Testes de Controle de Qualidade em Raio-X fixo conforme a RDC nº 611/2022 e IN 90 da ANVISA. HF630M DR digital, fabricante LOTUS ano de 2022	1	R$ 1.850,00	
3.	Teste de Levantamento radiométrico e Teste de radiação de fuga em Raio-X fixo conforme a RDC nº 611/2022 e IN 90 da ANVISA.	1	R$ 2.100,00	
4.	Testes de Controle de Qualidade em Raio-X odontológico intraoral (periapical) conforme a RDC nº 611/2022 e IN95 da ANVISA Equipamento Raio-X Intra -Oral Periapical, Marca Procion, Modelo ION70X, Série: 000915181001-B	1	R$ 850,00	
5.	Testes de Controle de Qualidade em Raio-X odontológico intraoral (periapical) conforme a RDC nº 611/2022 e IN95 da ANVISA Equipamento Raio-X Intra -Oral Periapical, Marca X Dent, Modelo X70, Série: 10061219	1	R$ 850,00	
6.	Testes de Controle de Qualidade em Raio-X odontológico intraoral (periapical) conforme a RDC nº 611/2022 e IN95 da ANVISA Equipamento Raio-X Intra -Oral Periapical, Marca Procion, Modelo ION70X, Série: 000915181003-B	1	R$ 850,00	R$ 29.850,00
7.	Testes de Controle de Qualidade em Raio-X odontológico intraoral (periapical) conforme a RDC nº 611/2022 e IN95 da ANVISA Equipamento Raio-X Intra -Oral Periapical, Marca Gnatus, Modelo Timex70, Série: 4343196014	1	R$ 850,00	
8.	Testes de Controle de Qualidade em Raio-X odontológico intraoral (periapical) conforme a RDC nº 611/2022 e IN95 da ANVISA Equipamento Raio-X Intra -Oral Periapical, Marca Dabi Atlante, Modelo Spectro 70X, K01036	1	R$ 850,00	
9.	Testes de Controle de Qualidade em Raio-X odontológico intraoral (periapical) conforme a RDC nº 611/2022 e IN95 da ANVISA Equipamento Raio-X Intra -Oral Periapical, Marca Dabi Atlante, Modelo Spectro 70X, K01055	1	R$ 850,00	
10.	Teste de Levantamento radiométrico em Raio-X odontológico intraoral (periapical) conforme a RDC nº 611/2022 eIN 95 da ANVISA. Equipamento Raio-X Intra -Oral Periapical, Marca Procion, Modelo ION70X, Série: 000915181001-B	1	R$ 1.800,00	
11.	Teste de Levantamento radiométrico em Raio-X odontológico intraoral (periapical) conforme a RDC nº 611/2022 e IN 95 da ANVISA Equipamento Raio-X Intra -Oral Periapical, Marca X Dent, Modelo X70, Série: 10061219	1	R$ 1.800,00	

EM BRANCO

TECHMED
Safe Care

HGu Porto Velho
Fl: 34
SALC

Item	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	Qnt	Valor unitário	Valor Total (R$)
12.	Teste de Levantamento radiométrico em Raio-X odontológico intraoral (periapical) conforme a RDC nº 611/2022 e IN 95 da ANVISA Equipamento Raio-X Intra -Oral Periapical, Marca Procion, Modelo ION70X, Série: 000915181003-B	1	R$ 1.800,00	
13.	Teste de Levantamento radiométrico em Raio-X odontológico intraoral (periapical) conforme a RDC nº 611/2022 e IN 95 da ANVISA Equipamento Raio-X Intra -Oral Periapical, Marca Gnatus, Modelo Timex70, Série: 4343196014	1	R$ 1.800,00	
14.	Teste de Levantamento radiométrico em Raio-X odontológico intraoral (periapical) conforme a RDC nº 611/2022 e IN 95 da ANVISA Equipamento Raio-X Intra -Oral Periapical, Marca Dabi Atlante, Modelo Spectro 70X, K01036	1	R$ 1.800,00	
15.	Teste de Levantamento radiométrico em Raio-X odontológico intraoral (periapical) conforme a RDC nº 611/2022 e IN 95 da ANVISA Equipamento Raio-X Intra -Oral Periapical, Marca Dabi Atlante, Modelo Spectro 70X, K01055	1	R$ 1.800,00	
16.	Testes de Controle da Qualidade em Arco cirúrgico conforme a RDC nº 611/2022 e IN 91 da ANVISA. Modelo GE OEC Fluorostar, Série 17040202	1	R$ 2.100,00	
17.	Teste de Levantamento radiométrico e Teste de radiação de fuga em Arco cirúrgico conforme a RDC nº 611/2022 e IN 91 da ANVISA.	1	R$ 1.850,00	
18.	Testes de Controle da Qualidade em Ultrassom conforme a RDC nº 611/2022 e IN 96 da ANVISA Equipamento Ultrassonografia, Marca Philips, Modelo EPIQ 7G, Série USD18B1436	1	R$ 2.100,00	
19.	Testes de Controle da Qualidade em Ultrassom conforme a RDC nº 611/2022 e IN 96 da ANVISA Equipamento Ultrassonografia Digital com Doppler Colorido, Marca Chison, Modelo CBit 4, Série 122101373.	1	R$ 1.850,00	

Validade da proposta 60 dias

Porto Velho, 30 de janeiro de 2024

TECHMED ENGENHARIA HOSPITALAR LTDA:12704512000118

Assinado de forma digital por TECHMED ENGENHARIA HOSPITALAR LTDA:12704512000118
Dados: 2024.01.30 18:05:40 -04'00'

THIAGO BATISTA BARBOSA:73950106200

Assinado de forma digital por THIAGO BATISTA BARBOSA:73950106200
Dados: 2024.01.30 18:05:02 -04'00'

TECHMED ENGENHARIA HOSPITALAR LTDA

EM BRANCO

HGu Porto Velho
Fl: 35
SALC

TERMO DE REFERÊNCIA – LEI 14.133/21
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA – CONTRATAÇÃO DIRETA
Processo Administrativo 64593.000662/2024-15

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, "a" e "i" da Lei nº 14.133/2021).

1.1 Aquisição de contrato de empresa especializada em serviços de controle de qualidade e radiação de fuga nos equipamentos emissores de radiação ionizante e levantamento radiométrico dos equipamentos e das salas onde estão situados os equipamentos de radiação ionizante do Hospital de Guarnição de Porto Velho, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, inclusive as encaminhadas pelos órgãos e entidades participantes (quando for o caso), estabelecidas neste instrumento nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	Código CATSER	Unidade Medida	Qnt Total	Valor Max Aceitável	Valor Total (R$)
1	Testes de Controle de Qualidade em Raio-X móvel conforme a RDC nº 611/2022 e IN 90 da ANVISA. PEGASO 500 Ma, fabricante LOTUS ano de 2022.	19070 / 14524	Serviço	1	R$ 17.286,66	R$ 17.286,66
2	Testes de Controle de Qualidade em Raio-X fixo conforme a RDC nº 611/2022 e IN 90 da ANVISA. HF630M DR digital, fabricante LOTUS ano de 2022.			1		
3	Teste de Levantamento radiométrico e Teste de radiação de fuga em Raio-X fixo conforme a RDC nº 611/2022 e IN 90 da ANVISA.			1		
4	Testes de Controle de Qualidade em Raio-X odontológico intraoral (periapical) conforme a RDC nº611/2022 e IN95 da ANVISA Equipamento Raio-X Intra - Oral Periapical, Marca Procion, Modelo ION70X, Série:000915181001-B.			1		

EM BRANCO

Item	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	Código CATSER	Unidade Medida	Qnt Total	Valor Max Aceitável	Valor Total (R$)
5	Testes de Controle de Qualidade em Raio-X odontológico intraoral (periapical) conforme a RDC nº 611/2022 e IN95 da ANVISA Equipamento Raio-X Intra -Oral Periapical, Marca X Dent, Modelo X70, Série: 10061219.			1		
6	Testes de Controle de Qualidade em Raio-X odontológico intraoral (periapical) conforme a RDC nº 611/2022 e IN95 da ANVISA Equipamento Raio-X Intra -Oral Periapical, Marca Procion, Modelo ION70X, Série: 000915181003-B.			1		
7	Testes de Controle de Qualidade em Raio-X odontológico intraoral (periapical) conforme a RDC nº 611/2022 e IN95 da ANVISA Equipamento Raio-X Intra -Oral Periapical, Marca Gnatus, Modelo Timex70, Série: 4343196014			1		
8	Testes de Controle de Qualidade em Raio-X odontológico intraoral (periapical) conforme a RDC nº 611/2022 e IN95 da ANVISA Equipamento Raio-X Intra -Oral Periapical, Marca Dabi Atlante, Modelo Spectro 70X, K01036.			1		
9	Testes de Controle de Qualidade em Raio-X odontológico intraoral (periapical) conforme a RDC nº 611/2022 e IN95 da ANVISA Equipamento Raio-X Intra -Oral Periapical, Marca Dabi Atlante, Modelo Spectro 70X, K01055.			1		
10	Teste de Levantamento radiométrico em Raio-X odontológico intraoral (periapical) conforme a RDC nº 611/2022 eIN 95 da ANVISA. Equipamento Raio-X Intra-Oral Periapical, Marca Procion, Modelo ION70X, Série: 000915181001-B.			1		

EM BRANCO

Item	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	Código CATSER	Unidade Medida	Qnt Total	Valor Max Aceitável	Valor Total (R$)
11	Teste de Levantamento radiométrico em Raio-X odontológico intraoral (periapical) conforme a RDC nº 611/2022 e IN 95 da ANVISA Equipamento Raio-X Intra-Oral Periapical, Marca X Dent, Modelo X70, Série:10061219.			1		
12	Teste de Levantamento radiométrico em Raio-X odontológico intraoral (periapical) conforme a RDC nº611/2022 e IN 95 da ANVISA Equipamento Raio-X Intra-Oral Periapical, Marca Procion, Modelo ION70X, Série:000915181003-B.			1		
13	Teste de Levantamento radiométrico em Raio-X odontológico intraoral (periapical) conforme a RDC nº611/2022 e IN 95 da ANVISA Equipamento Raio-X Intra-Oral Periapical, Marca Gnatus, Modelo Timex70, Série:4343196014.			1		
14	Teste de Levantamento radiométrico em Raio-X odontológico intraoral (periapical) conforme a RDC nº611/2022 e IN 95 da ANVISA Equipamento Raio-X Intra-Oral Periapical, Marca Dabi Atlante, Modelo Spectro70X, K01036.			1		
15	Teste de Levantamento radiométrico em Raio-X odontológico intraoral (periapical) conforme a RDC nº611/2022 e IN 95 da ANVISA Equipamento Raio-X Intra-Oral Periapical, Marca Dabi Atlante, Modelo Spectro 70X, K01055.			1		
16	Testes de Controle da Qualidade em Arco cirúrgico conforme a RDC nº 611/2022 e IN 91 da ANVISA. Modelo GE OEC Fluorostar, Série 17040202.			1		
17	Teste de Levantamento radiométrico e Teste de radiação de fuga em Arco cirúrgico conforme a RDC nº 611/2022 e IN 91 da ANVISA.			1		

EM BRANCO

Item	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	Código CATSER	Unidade Medida	Qnt Total	Valor Max Aceitável	Valor Total (R$)
18	Testes de Controle da Qualidade em Ultrassom conforme a RDC nº 611/2022 e IN 96 da ANVISA Equipamento Ultrassonografia, Marca Philips, Modelo EPIQ 7G, Série USD18B1436.			1		
19	Testes de Controle da Qualidade em Ultrassom conforme a RDC nº 611/2022 e IN 96 da ANVISA Equipamento Ultrassonografia Digital com Doppler Colorido, Marca Chison, Modelo CBit 4, Série 122101373.			1		
TOTAL						**R$ 17.286,66**

1.2 O custo estimado total da contratação é de R$17.286,66 (dezessete mil duzentos e oitenta e seis reais e sessenta e seis centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b' da Lei n. 14.133/2021).

2.1. A Fundamentação da Contratação e seus quantitativos encontram-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c')

3.1 A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

1. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd' da Lei nº 14.133/21)

4.1 Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

4.1.1. Serviço com fornecimento de mão de obra em regime de execução a empreitada por preço global, enquanto durarem os testes dos equipamentos;

4.1.2. A Contratada obriga-se a:

4.1.3. Executar a prestação de serviço de emissão de laudo radiométrico e teste de constância, em conformidade com a portaria nº 453/1998 da ANVISA e conforme a RDC nº 611/2022 e IN 95 da ANVISA;

4.1.4. Efetuar testes de constância e levantamento radiométrico que é a medição dos níveis de radiação da sala de raios - x e das áreas circunvizinhas da sala onde se encontra instalado o equipamento de raios - x;

4.1.5. Efetuar Teste de controle de qualidade, nos equipamentos odontológicos de Raio-X Intra-Oral Periapical, conforme a RDC nº 611/2022 e IN 95 da ANVISA.

4.1.6. Efetuar Teste de Controle de Qualidade em Arco Cirúrgico, conforme a RDC nº 611/2022 e IN 95 da ANVISA.

4.1.7. Testes de constância (Controle de Qualidade do Equipamento) que consiste na verificação da conformidade das condições técnicas com os padrões de desempenho especificados na legislação vigente;

4.1.8. Indicação das adequações da sala de exames aos requisitos previstos na legislação vigente;

EM BRANCO

4.1.9. A empresa contratada deverá emitir os laudos no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, após a realização de serviço;

4.1.10. Executar o serviço, em estrita observância das condições previstas na proposta;

4.1.11. O relatório de teste de constância e o relatório de levantamento radiométrico deverão ter, respectivamente, 01 (um) e 04 (quatro) anos de validade;

4.1.12. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente contratação;

4.1.13. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na dispensa;

4.1.14. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da realização do serviço, se houver motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação e responsabilizar-se de providenciar a contratação o serviço necessário para a realização dos serviços o qual está descrito nesta contratação;

4.1.15. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente Obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;

4.1.16. Reparar, corrigir, remover, reconstruir, ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços em que se verificarem defeitos ou incorreções resultantes da Prestação dos Serviços, no prazo assinalado pelo Hospital de Guarnição de Porto Velho;

4.1.17. Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

4.1.18. É obrigatório que a contratada faça constar, no documento fiscal, para fins de pagamento, as informações relativas aos seus dados bancários, bem como comprovação de ser optante pelo sistema SIMPLES se for o caso;

4.1.19. Local da prestação do serviço:

4.2. O serviço será prestado nas instalações do Hospital de Guarnição de Porto Velho, Rua Rui Barbosa, 409, Porto Velho – RO, CEP 76801-010.

4.2.1. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

5. VISTORIA

5.1. Não há necessidade de vistoria prévia do local, pois a estrutura organizacional bem como a disposição dos equipamentos do Hospital de Guarnição de Porto Velho estão de acordo com o Art. 6° da RDC nº 611/2022, de 9 de março de 2022.

6. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea "e" da Lei n. 14.133/2021).

6.1.1. O prazo de execução dos serviços será de até 20 (vinte) dias, com início após o recebimento da Nota de Empenho.

6.2 Os serviços serão prestados no seguinte endereço:

6.2.1 Hospital de Guarnição de Porto Velho, Rua Rui Barbosa, 409, Porto Velho – RO, CEP 76801-010.

6.3 A execução contratual observará as rotinas abaixo/em anexo:

6.3.1 A execução do serviço seguirá a seguinte dinâmica:

6.4 Os levantamentos radiométricos deverão ser realizados com a utilização de equipamentos de medição, homologados e aceitos pela CNEN (Comissão Nacional de Energia Nuclear), devidamente aferidos e calibrados;

6.5 Os laudos radiométricos deverão atender os critérios da CNEN. Os mesmos deverão conter os registros de calibração dos equipamentos utilizados bem como a cópia dos seus certificados de calibração devidamente atualizados e nos seus prazos de validade;

EM BRANCO

6.6 Nos laudos radiométricos deverão também estar inclusas as medidas de segurança a serem adotadas na operação e manutenção e todas as exigências legais para que os equipamentos emissores de raio-x do Hospital de Guarnição de Porto Velho possam estar permanentemente em funcionamento;

6.7 Os levantamentos e os laudos radiométricos deverão prover subsídios para o PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais);

6.8 Os serviços serão recebidos:

6.8.1 A partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do edital e da proposta;

6.8.2 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste termo de referência e na proposta, devendo ser substituídos/corrigidos/refeitos/ no prazo fixado pelo fiscal do contrato, à custa da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades;

6.8.3 A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a execução dos serviços em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

7. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

7.1 Para a perfeita realização dos serviços, a Contratada é a responsável por disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para a execução prevista.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea "f" da Lei nº 14.133/21)

8.1 ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

8.1.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

8.1.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

8.1.3 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

8.1.4 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

8.1.5 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

8.1.6 O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato. (Lei nº 14.133/2021, art. 118).

8.1.7 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

8.1.8 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

8.1.9 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

8.1.10 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

8.1.11 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

EM BRANCO

8.1.12 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.1.13 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.1.14 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8.1.15 Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

8.1.16 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

9 DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

9.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado, conforme a RDC nº 611/2022 de 9 de março de 2022, Art. 62, além de um simulador de paciente (Phantom) essencial para ver como a radiação se espalha, também é utilizada nas medições das doses uma câmara de ionização. Os levantamentos radiométricos deverão ser realizados com a utilização de equipamentos de medição, homologados e aceitos pela CNEN (Comissão Nacional de Energia Nuclear), devidamente aferidos e calibrados.

10 DO RECEBIMENTO

10.1 A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo:

10.1.1 O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

10.1.2 A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

10.1.3 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato apurará o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

10.1.4 A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento **provisório**.

10.1.5 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais

EM BRANCO

documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

10.1.6 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

10.1.7 Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

10.2. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

10.2.1 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

10.2.2 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

10.3. O recebimento da última etapa da execução equivale ao recebimento do objeto como um todo, e será realizado da seguinte forma:

10.3.1 Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;

10.3.2 Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

10.4 O prazo para recebimento definitivo será de 10 (dez) dias.

10.5 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento.

10.6 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

10.7 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

11 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR MEDIANTE O USO DO SISTEMA DE *DISPENSA ELETRÔNICA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei n. 14.133/2021)*

11.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75,inciso II da Lei n.º 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de menor preço por item.

11.2. As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Anexo I do Aviso de Contratação Direta.

11.3. Os critérios de habilitação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no Aviso de Contratação Direta.

11.4. Os critérios de habilitação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

11.4.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de

EM BRANCO

direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

11.4.2. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 2 anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os 2 anos serem ininterruptos.

11.4.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

11.5. Apresentação de profissional(is), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de objeto de características semelhantes, para fins de contratação.

11.6. No decorrer da execução do serviço, os profissionais de que trata este subitem deverão participar da execução do objeto e poderão ser substituídos, nos termos do 67, §6°, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

11.7. O registro ou inscrição na entidade profissional competente, em plena validade;

11.8. Prova de atendimento aos requisitos:

11.8.1. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

12 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei n. 14.133/2021)

12.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso ll, da Lei n.º 14.133/2021.

12.2 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12.3 Habilitações fiscal, social e trabalhista:

12.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

12.3.2 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

12.3.3 Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

12.3.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

12.3.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

12.3.6 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

12.3.7 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

12.3.8 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

EM BRANCO

HGu Porto Velho
Fl: 49
SALC

13 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

13.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Porto Velho-RO, 31 de janeiro de 2024.

MIRIAM KEMPER – Maj
Presidente da EPC

GUILHERME BALTAZAR NEVES – 1º Ten
Integrante Técnico da EPC

SORRIELEN OLIVEIRA TEIXEIRA BUCARTH – 1º Ten
Integrante Técnico da EPC

RENATO DE SOUZA AMARAL – S Ten
Integrante Técnico da EPC

ELZA DA CONCEIÇÃO PATRICIO SENA – 3º Sgt
Integrante Técnico da EPC

EM BRANCO

HGu Porto Velho
Fl: 45
SALC

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE PORTO VELHO

DISPENSA ELETRÔNICA N° 02/2024
(Processo Administrativo n° 64593.000662/2024-15)

APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Como Diretor do Hospital de Guarnição de Porto Velho, dirigente máximo nomeado, conforme Portaria – C Ex nº 743, de 7 de junho de 2023, publicada na página 12, Seção 2, do DOU nº 109, de 12 de junho de 2023, e como Ordenador de Despesas designado, conforme item 5 , 3ª Parte, do Boletim Interno Especial nº 1, de 19 de janeiro de 2023, do HGuPV, aprovo o presente Termo de Referência.

Porto Velho, RO, 09 de FEVEREIRO de 2024.

CARLOS CHERME DA SILVA NOGUEIRA – Coronel
Diretor e Ordenador de Despesas do Hospital de Guarnição de Porto Velho

EM BRANCO

gov.br

Compras.gov.br

HGu Porto Velho
Fl: 46
SALC

Aviso de

CONTRATAÇÃO DIRETA

02/2024

CONTRATANTE (UASG)

HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE PORTO VELHO (160351)

OBJETO

Contratação do serviço de controle de qualidade e radiação de fuga (laudo radiométrico)

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R$ 9.000,00

~~DATA DA SESSÃO~~

~~De XX/XX/202X~~

~~HORÁRIO DA FASE DE LANCES~~

~~Das xxh até xxh~~

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

[menor preço] ~~/ [maior desconto]~~ por item

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM/~~NÃO~~

Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

EM BRANCO

HGu Porto Velho
Fl: 47
SALC

Sumário

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA....2
2. HABILITAÇÃO....3
3. CONTRATAÇÃO....4
4. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS....4
5. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS....6

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE PORTO VELHO

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 02/2024

(Processo Administrativo n.°64593.000662/2024-15)

Torna-se público que HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE PORTO VELHO , por meio da Seção de Aquisições, Licitações e Contratos (SALC), realizará Dispensa Eletrônica, ~~para registro de preços,~~ com critério de julgamento *(menor preço/~~maior desconto~~)*, na hipótese do art. 75, *inciso II* nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 , da Instrução Normativa Seges/ME nº 67, de 2021 , ~~do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023,~~ e demais normas aplicáveis.

Data da sessão:
~~Horário da Fase de Lances:~~ *~~XX:XX~~* às *~~XX:XX~~*
~~Link:~~
Critério de Julgamento: *menor preço/~~maior desconto~~*
~~Regime de Execução:~~ *~~Empreitada por Preço Unitário / Empreitada por Preço Global [...]~~*

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação, por dispensa de licitação, de contratação dos serviços de controle de qualidade e radiação de fuga (laudo radiométrico), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.1.1. Havendo mais de um item, faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse.

1.2. O critério de julgamento adotado será o *menor preço/~~maior desconto~~*, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

EM BRANCO

HGu Porto Velho
Fl: 48
SALC

2. HABILITAÇÃO

2.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação, **nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021,** constam do Termo de Referência e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances.

2.2. A habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

2.2.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

2.2.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

2.3. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do SICAF, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de 04 (quatro) horas sob pena de inabilitação. (art. 19, § 3º, da IN Seges/ME nº 67, de 2021).

2.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

2.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

2.6. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

2.7. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

2.8. *O fornecedor provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.*

2.8.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do fornecedor nos remanescentes.

2.9. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

2.10. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

2.10.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação

2.11. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

EM BRANCO

HGu Porto Velho
Fl: 49
SALC

3. CONTRATAÇÃO

3.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

3.2. O adjudicatário terá o prazo de 2 *(Dois) dias úteis,* contados a partir da data de sua convocação, para ~~*assinar o Termo de Contrato* **OU**~~ *aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/~~Carta Contrato/Autorização)~~,* sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

3.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso à sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

3.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

3.3. *O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:*

3.3.1. *referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da ;*

3.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

3.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

3.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

4. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

4.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

4.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

4.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

4.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

4.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

4.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos – CNMLC/CGU/AGU
Aviso de Contratação Direta – Lei nº 14.133/21 e IN SEGES/ME nº 67/2021
Versão: agosto/2023
Aprovado pela Secretaria de Gestão.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão (versão agosto/2023)

EM BRANCO

4.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

4.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação direta sem motivo justificado;

4.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

4.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

4.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

4.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

4.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

4.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

4.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 4.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 05% (meio por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 4.1.1 a 4.1.12;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 4.1.2 a 4.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 4.1.8 a 4.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

4.3. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

4.4. Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

4.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

4.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

EM BRANCO

4.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 *(trinta)* dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

4.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

4.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

4.10. a natureza e a gravidade da infração cometida;

4.11. as peculiaridades do caso concreto;

4.12. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

4.13. os danos que dela provierem para o Contratante;

4.14. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

4.15. Os atos previstos como infrações administrativas na , ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na , serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

4.16. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

4.17. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

4.18. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.19. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

5. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

5.1.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

EM BRANCO

5.1.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

5.1.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

5.1.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

5.2. As providências dos subitens 5.1.1 e 5.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

5.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

5.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

5.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

5.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

5.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

5.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

5.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

5.11. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

5.12. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

5.12.1. ANEXO I – Termo de Referência

5.12.1.1. *ANEXO I.1 – Estudo Técnico Preliminar*

5.12.1.2. ~~*ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços;*~~

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos – CNMLC/CGU/AGU
Aviso de Contratação Direta – Lei nº 14.133/21 e IN SEGES/ME nº 67/2021
Versão: agosto/2023
Aprovado pela Secretaria de Gestão.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão (versão agosto/2023)

EM BRANCO

HGu Porto Velho
53
SALC

5.12.2. ~~*ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato;*~~

5.12.3. ~~*ANEXO IV - Planilha de Custos e Formação de Preços;*~~

5.12.4. ~~*ANEXO V – (...)*~~

PORTO VELHO-RO , 09 de FEVEREIRO de 2024

CARLOS CHERME DA SILVA NOGUEIRA – Ten Cel
Ordenador de Despesas do Hospital de Guarnição de Porto Velho

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos – CNMLC/CGU/AGU
Aviso de Contratação Direta – Lei nº 14.133/21 e IN SEGES/ME nº 67/2021
Versão: agosto/2023
Aprovado pela Secretaria de Gestão.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão (versão agosto/2023)

EM BRANCO

HGu Porto Velho
Fl: 54
SALC

DECLARAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE MODELOS AGU/MGI ART. 29 e ART. 35 da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 05/2017 e ENUNCIADO BPC nº 06	
Órgão:	Hospital de Guarnição de Porto Velho
Setor Requisitante:	ODONTOLOGIA, RADIOLOGIA E CENTRO CIRÚRGICO
Objeto da Licitação:	Contratação do serviço de controle de qualidade e radiação de fuga (laudo radiométrico)
Tipo de Licitação:	Contratação Direta

Declaração:

Declaramos que, para a devida instrução processual, em respeito aos artigos 29 e 35 da IN nº 05/2017 e Enunciado BPC nº 06, foram utilizados os modelos de Termo de Referência/Projeto Básico, Edital, Contrato e Ata de Registro de Preços constantes no site da AGU/MGI, conforme os links que seguem:

Termo de Referência:
Link: https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoesecontratos/14133/modelos-da-lei-no-14-133-21-para-contratacao-direta
Data da Extração: 01/02/2024

Aviso de contratação direta:
Link: https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoesecontratos/14133/modelos-da-lei-no-14-133-21-para-contratacao-direta
Data da Extração: 01/02/2024

~~Contrato:~~
~~Link: https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoesecontratos/14133/modelos-da-lei-no-14-133-21-para-pregao~~
~~Data da Extração: XX/XX/XXXX~~

~~Ata de Registro de Preços:~~
~~Link: https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoesecontratos/14133/modelos-da-lei-no-14-133-21-para-pregao~~
~~Data da Extração: XX/XX/XXXX~~

Ajustes e Justificativas:

Informamos que as supressões se encontram tachadas nos documentos e que as inclusões, adaptações, alterações, ajustes e mero preenchimento das lacunas foram sublinhadas, todas feitas diretamente no texto.

Assinaturas:

Presidente da EPC	Integrante administrativo da EPC
MIRIAM KEMPER – Maj	**VINICIUS MATHEUS LIRA FREITAS - SD**

EM BRANCO

DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO ÓRGÃO	
Órgão: Hospital de Guarnição de Porto Velho	
Setor Requisitante: ODONTOLOGIA, RADIOLOGIA E CENTRO CIRÚRGICO	
Objeto da Licitação: Contratação do serviço de controle de qualidade e radiação de fuga (laudo radiométrico)	
Tipo de Licitação: Contratação Direta	
Declaração:	
Declaramos para os devidos fins que a presente contratação se encontra em consonância com o Planejamento Estratégico, as diretrizes de planejamento conjunto de contratações e o Sistema de Governança deste Órgão Contratante. Declaramos ainda que o planejamento da contratação foi realizado com a ciência e observância do INSTRUMENTO DE PADRONIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE CONTRATAÇÃO, conforme parceria técnica entre ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO e o MINISTÉRIO DA GESTÃO E INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS.	
Assinaturas:	
Presidente da EPC	Integrante administrativo da EPC
MIRIAM KEMPER – Maj	**VINICIUS MATHEUS LIRA FREITAS - SD**

EM BRANCO

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE PORTO VELHO

HGu Porto Velho
Fl: 56
SALC

DISPENSA ELETRÔNICA N° 02/2024
(Processo Administrativo n° 64593.000662/2024-15)

AUTORIZAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO

Como Diretor do Hospital de Guarnição de Porto Velho, dirigente máximo nomeado, conforme Portaria – C Ex nº 743, de 7 de junho de 2023, publicada na página 12, Seção 2, do DOU nº 109, de 12 de junho de 2023, e como Ordenador de Despesas designado, conforme item 5 , 3ª Parte, do Boletim Interno Especial nº 1, de 19 de janeiro de 2023, do HGuPV, autorizo a formalização desta contratação pública.

Certifico que o objeto da contratação não se constitui atividade de custeio, conforme Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019 e Portaria ME nº 7.828, de 30 de agosto de 2022.

Certifico que foi atendido o princípio da segregação de funções previsto no art. 7º, §1º, da Lei 14.133/21 e no art. 12 do Decreto nº 11.246/22 para a designação dos agentes públicos envolvidos nesta contratação.

Certifico que foram consultadas as IRPs em andamento conforme art. 20 e seu parágrafo único do Decreto 11.462/23, não havendo conveniência para participação.

Para este processo foi adotada a forma em papel, digitalizada, ao invés da forma eletrônica prevista no Decreto nº 8.539/2015 e art. 12, VI, da Lei 14.133/21, em virtude de ainda não haver padronização quanto à plataforma de processo eletrônico a ser utilizada para contratações no âmbito do Comando do Exército.

Certifico que houve respeito do limite de valor considerando o somatório do valor da contratação com o valor de outros objetos da mesma natureza contratados pela mesma unidade gestora no mesmo exercício financeiro.

Porto Velho, RO, 09 de FEVEREIRO de 2024.

CARLOS GHERME DA SILVA NOGUEIRA – Ten Cel
Diretor e Ordenador de Despesas do Hospital de Guarnição de Porto Velho

EM BRANCO

HGu Porto Velho
Fl: 57
SALC

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Publicado em: 15/09/2021 | Edição: 175 | Seção: 1 | Página: 2
Órgão: Presidência da República/Advocacia-Geral da União

INSTRUÇÃO NORMATIVA AGU Nº 1, DE 13 DE SETEMBRO DE 2021

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI, XIII, e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e considerando o que consta do Processo Administrativo nº 63054.001894/2021-82, resolve:

Art. 1º Expedir a presente Instrução Normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993.

Art. 2º Não é obrigatória manifestação jurídica nas contratações diretas de pequeno valor com fundamento no art. 75, I ou II, e § 3º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, salvo se houver celebração de contrato administrativo e este não for padronizado pelo órgão de assessoramento jurídico, ou nas hipóteses em que o administrador tenha suscitado dúvida a respeito da legalidade da dispensa de licitação. Aplica-se o mesmo entendimento às contratações diretas fundadas no art. 74, da Lei nº 14.133, de 2021, desde que seus valores não ultrapassem os limites previstos nos incisos I e II do art. 75, da Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 3º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO BIANCO LEAL

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

EM BRANCO

HGu Porto Velho
Fl: 68
SALC

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CAMARA NACIONAL DE MODELOS DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - CNMLC/DECOR/CGU

LISTA DE VERIFICAÇÃO
(Inexigibilidades e Dispensas de licitação em geral)

LISTA DE VERIFICAÇÃO 1 - VERIFICAÇÃO COMUM A TODAS AS CONTRATAÇÕES DIRETAS	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. / SEI)
Houve abertura de processo administrativo?[1]	Sim	01
Foi adotada a forma eletrônica para o processo administrativo ou, caso adotada forma em papel, houve a devida justificativa?[2]	Sim	04
A autoridade competente designou os agentes públicos responsáveis pelo desempenho das funções essenciais à contratação?[3]	Sim	03
Consta documento de formalização de demanda?[4]	Sim	02
Foi certificado que objeto da contratação está contemplado no Plano de Contratações Anual?[5]	Sim	12
Foi certificado que objeto da contratação está compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias?[6]	Sim	13
Há Estudo Técnico Preliminar?[7]	Sim	07-14
O Estudo Técnico Preliminar contempla ao menos a descrição da necessidade, a estimativa do quantitativo, a estimativa do valor, a manifestação sobre o parcelamento e a manifestação sobre a viabilidade da contratação?[8]	Sim	07-14
Há Análise de Riscos?[9]	Sim	
Caso não existam os Estudos Técnicos Preliminares ou a Análise de Riscos, houve manifestação justificando a ausência do documento?[10]	Não se aplica	
Consta justificativa para a ausência dos itens não obrigatórios dos Estudos Técnicos Preliminares?[11]	Não se aplica	
Houve manifestação justificando as exigências de práticas e/ou critérios de sustentabilidade ou sua	Sim	38

EM BRANCO

HGu Porto Velho
Fl: 59
SALC

dispensa no caso concreto?[12]		
Há termo de referência?[13]	Sim	35-44
Foi certificada a utilização de modelos de minutas padronizados de Termos de Referência da Advocacia-Geral União, ou as contidas no catálogo eletrônico de padronização, ou houve justificativa para sua não utilização?[14]	Sim	54
Sendo adotado modelo padronizado de termo de referência, foram justificadas e destacadas visualmente, no processo, eventuais alterações?	Sim	54
Foram utilizados os modelos padronizados de instrumentos contratuais da Advocacia-Geral da União, com eventuais alterações destacadas e justificadas, ou as contidas no catálogo eletrônico de padronização?[15]	Sim	54
Foi demonstrado que a previsão de recursos orçamentários é compatível com a despesa estimada?[16]	Sim	63
Tratando-se de atividade de custeio, foi certificada a observância do art. 3º do Decreto 10.193/19?	Não se aplica	
Tratando-se de contratação que envolva a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa, constam dos autos estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração sobre adequação orçamentária e financeira?[17]	Não se aplica	
Consta dos autos certificação acompanhada de comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e de qualificação mínima necessários?[18]	Sim	
Foi juntada aos autos consulta ao CADIN?[19]	Sim	
Houve a autorização da autoridade competente?[20]	Sim	56
Sendo adotado registro de preços, a contratação abrange mais de um órgão ou entidade?[21]	Não	

EM BRANCO

HGu Porto Velho
Fl: 60
SALC

LISTA DE VERIFICAÇÃO 2B – VERIFICAÇÃO ESPECÍFICA E EXCLUSIVA PARA CONTRATAÇÃO POR DISPENSA	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. / SEI)
Consta manifestação técnica justificando o enquadramento da contratação expressamente nas hipóteses do art. 75 da Lei 14133/21?	Sim	47
Consta justificativa do preço baseada em pesquisa ou certificação de que a estimativa ocorrerá concomitantemente com a seleção da proposta mais vantajosa, tudo em conformidade com a Instrução Normativa nº 65/2021?[22]	Sim	18-25
Tratando-se de situação em que não é possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 23 da Lei 14133/21, o contratado comprova por algum meio idôneo que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, tais como notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração?[23]	Não se aplica	
Tratando-se de dispensa fundada nos incisos I ou II do art. 75 da Lei 14.133/21, foi demonstrado respeito ao limite de valor considerando o somatório do valor da contratação com o valor de outros objetos da mesma natureza contratados pela mesma unidade gestora no mesmo exercício financeiro?[24]	Sim	56
Tratando-se de dispensa fundada nos incisos I ou II do art. 75 da Lei 14133/21, a autoridade declarou que a contratação será precedida de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com atendimento da IN SEGES 67/21 para busca da proposta mais vantajosa?[25]	Não se aplica	
Tratando-se de dispensa fundada nos incisos I ou II do art. 75 da Lei 14133/21, a contratação será paga por meio de cartão de pagamento e com divulgação do extrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)?[26]	Não se aplica	
Em caso negativo, houve justificativa para não adoção dessa forma de pagamento?[27]	Não se aplica	

EM BRANCO

1 Obs.: Dispõe a ON-AGU 2/2009: "os instrumentos dos contratos, convênios e demais ajustes, bem como os respectivos aditivos, devem integrar um único processo administrativo, devidamente autuado em sequência cronológica, numerado, rubricado, contendo cada volume os respectivos termos de abertura e encerramento."

2 Decreto nº 8.539/2015 e art. 12, VI, da Lei 14133/21

3 Art. 7º, *caput*, da Lei 14133/21

4 O DFD é documento obrigatório que deve constar em qualquer processo de contratação, conforme art. 12, VII, e art. 72, I, da Lei 14133/21. A regra é que o DFD já tenha sido elaborado para os fins do PCA. Neste caso, é salutar que haja a juntada de sua cópia nos autos. Entretanto, nos casos previstos no art. 7º do Decreto nº 10.947/22, há a dispensa do registro da contratação no plano anual, o que implica na não elaboração, naquela oportunidade, do DFD. Então, nesta hipótese, o DFD constará apenas do processo de contratação direta, conforme art. 12, VII e §1º, da Lei 14133/21 e art. 7º do Decreto 10947/22, já citados.

5. Destaque-se que, para as contratações da Lei nº 14133/21, aplica-se, quanto ao Plano de Contratações Anual, apenas o Decreto nº 10947/22 e não a IN SEGES/ME nº 1/2019, conforme Nota n. 00001/2021/CNMLC/CGU/AGU. Quanto a esse Decreto, atentar para as exceções da obrigatoriedade de registro dispostas no seu art. 7º, incluindo os incisos VI, VII e VIII do caput do art. 75, as contratações feitas por suprimento de fundos e pequenas compras e serviços de pronto pagamento do art. 95, §2º, todos da Lei nº 14133/21.

6 Art. 18 da Lei 14133/21

7 Art. 18, §1º, art. 72, I, da Lei 14133/21

8 Art. 18, §§ 1º e 2º, da Lei 14133/21.

Obs.: os incisos obrigatórios são:

"I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

[...]

IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

[...]

VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

[...]

VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

[...]

XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina."

9 Art. 72, I da Lei nº 14133/21. Cabe ressaltar que a análise de riscos não se confunde com a matriz de alocação de riscos, já que aquela é ato interno de planejamento da contratação, enquanto que esta é cláusula contratual de pactuação de riscos com o contratado.

10 Art. 18, §3º, e art. 72, I, da Lei 14133/21. A dispensa dos Estudos Técnico Preliminares está condicionada à juntada aos autos de justificativa, demonstrando, por exemplo, que a elaboração do documento é incompatível com a urgência da contratação.

11 Art. 18, §2º, da Lei 14133/21

12 Art. 5º e art. 11, I e IV, da Lei 14133/21

Obs.: Recomenda-se a consulta ao "Guia Nacional de Licitações Sustentáveis", da CGU/AGU, que contém orientações indispensáveis para a contratação de determinados objetos.

13 Art. 72, I, da Lei 14133/21

14 Art. 19, IV e § 2º, da Lei 14133/21; Enunciado nº 6 do Manual de Boas Práticas Consultivas

15 Art. 19, IV e § 2º, da Lei 14133/21; Enunciado nº 6 do Manual de Boas Práticas Consultivas

16 Art. 72, IV, da Lei 14133/21; art. 5º, IV e §1º, da IN Seges 67/21

17 Art. 16, I e II, da LC 101/2000. Obs. 1: ON AGU 52/2014: "As despesas ordinárias e rotineiras da administração, já previstas no orçamento e destinadas à manutenção das ações governamentais preexistentes, dispensam as exigências previstas nos incisos I e II do art. 16 da Lei Complementar 101, de

EM BRANCO

HGu Porto Velho
Fl: 62
SALC

2000".

18 Art. 72, V, da Lei 14133/21.

Obs. 1: Segundo o §4º do art. 91 da Lei 14133/21, é essencial que sejam atendidos os seguintes requisitos: "Art. 91 (...) § 4º Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo." A regularidade fiscal federal; a regularidade perante a Seguridade Social; a regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço; a regularidade trabalhista; a declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal; e a ausência de penalidade que vede a contratação com o órgão, podem ser verificadas mediante consulta nos seguintes endereços, sem prejuízo de outras consultas julgadas relevantes:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) (art. 91, §4º, da Lei 14133/21).

19 Art. 6º, III, da Lei nº 10.522/02. Obs.: Atente-se que o cadastro do CADIN é meramente informativo, de modo que a existência de pendências não impede a contratação.

20 Art. 72, VIII, da Lei 14133/21 c/c art. 5º, VIII e §2º, da IN nº 67/2021

21 Art. 82, §6º, da Lei 14133/21; art. 4º, IV, da IN SEGES 67/2021

22 Art. 72, II e VII, e art. 23 da Lei 14133/21; art. 7º, §4º, da IN Seges nº 65/21; IN Seges 72/2021

23 Art. 72, II e VII, e art. 23, §4º, da Lei 14133/21; art. 7º, §1º, da IN Seges nº 65/21; IN Seges 72/2021

24 Art. 75, §1º, da Lei 14133/21

25 Art. 75, §3º, da Lei 14133/21; art. 6º da IN Seges nº 67/21.

26 art. 75, §4º, da Lei 14133/21

27 art. 75, §4º, da Lei 14133/21

28 Art. 40, II, da Lei 14133/21

29 Art. 40, V, "a", da Lei 14133/21

30 Art. 19, §2º, e art. 40, §1º, da Lei 14133/21

31 Art. 41, I, da Lei 14133/21

32 Art. 41, III, da Lei 14133/21

33 Art. 44 da Lei 14133/21

EM BRANCO

HGu Porto Velh
Fl: 63
SALC

__ SIAFI2024-CONTABIL-DEMONSTRA-CONRAZAO (CONSULTA RAZAO POR C. CONTABIL)_____
15/03/24 09:56 USUARIO: LEONARDO SANTAN
DATA EMISSAO : 13Mar24 VALORIZACAO : 13Mar24 NUMERO : 2024NC408350
UG EMITENTE : 167505 - DEPARTAMENTO GERAL DE PESSOAL - GESTOR
GESTAO EMITENTE : 00001 - TESOURO NACIONAL
UG/GESTAO FAVORECIDA : 167351 / 00001 - H GU PV
OBSERVACAO
ATD DIEX DIEX Nº12-SALC/FISC ADM/DA-DIVISÃO ADMINISTRATIVA,DE 06 DE MAR 24
LEVANTAMENTO RADIOMÉTRICO E TESTE DE CONSTÂNCIA DO APARELHO DE RAIO X
EMPENHAR ATÉ 28 MAR 24, CONFORME A LEGISLAÇÃO EM VIGOR
NUM. TRANSFERENCIA :

EV.	ESF	PTRES	FONTE	ND	SB	UGR	PI	V A L O R
300063	2	215842	1123000000	339039		167505	D8SACNTECON	13.010,00

LANCADO POR : 15234258149 - EDINALVA UG : 167505 13Mar24 16:23
PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=ESPELHO PF12=RETORNA

EM BRANCO

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: HOSPITAL DE GUARNICAO DE PORTO VELHO (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 09.552.435/0001-13
Certidão nº: 18683337/2024
Expedição: 18/03/2024, às 11:18:55
Validade: 14/09/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **HOSPITAL DE GUARNICAO DE PORTO VELHO (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **09.552.435/0001-13, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correcional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **HOSPITAL DE GUARNICAO DE PORTO VELHO**

CPF/CNPJ: [redacted]

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 11:19:27 do dia 18/03/2024 , com validade até o dia 17/04/2024.

Link para consulta da verificação da certidão https://certidoes.cgu.gov.br/

Código de controle da certidão: RUaUkNzO3u58b5OAHOEB

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Voltar Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 09.552.435/0001-13
Razão Social: HOSPITAL DE GUARNICAO DE PVH
Endereço: [redacted]

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:16/03/2024 a 14/04/2024

Certificação Número: 2024031602215398275605

Informação obtida em 18/03/2024 11:20:30

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

RONDÔNIA
Governo do Estado

Governo do Estado de Rondônia
Secretaria de Estado de Finanças
Coordenadoria da Receita Estadual

CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS ESTADUAIS

Certidão Número: **20245300104387**
Código de Controle: **300104387**
Inscrição Estadual:
CNPJ/CPF: [redacted]
Nome ou Razão Social: **HOSPITAL DE GUARN DE PORTO VELHO**

Ressalvado seu direito de cobrar quaisquer valores de responsabilidade do sujeito passivo acima que vierem a ser apurados, a Fazenda Pública do Estado de Rondônia, após verificar seus assentamentos, certifica, que na presente data NÃO CONSTAM débitos vencidos do interessado relativos a tributos estaduais, ou a créditos inscritos na Dívida Ativa Tributária do Estado.

Emitida em.: 18/03/2024 07:57:38
Validade....: 16/06/2024

Certidão emitida com base na Instrução Normativa Nº 12/2021/GAB/CRE

Imprimir Fechar Janela

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 18/03/2024 08:58:25

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE PORTO VELHO - Matriz**
CNPJ: **09.552.435/0001-13**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: HOSPITAL DE GUARNICAO DE PORTO VELHO
CNPJ: 09.552.435/0001-13

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 15:13:04 do dia 01/11/2023 <hora e data de Brasília>.
Válida até 29/04/2024.
Código de controle da certidão: **D70D.1464.A1D8.A09D**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

VALIDAÇÃO QR Code

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

Avenida 7 de Setembro, nº 744, Centro, Porto Velho - RO

Nº 63629 / 2024

CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS E DE RENDAS MUNICIPAIS

Sujeito Passivo:	**HOSPITAL DE GUARNICAO DE PORTO VELHO**
CPF/CNPJ:	[redacted]
Endereço	**Rua RUI BARBOSA - SETOR 01 Nº409 - - CENTRO - Porto Velho-RO CEP: 76801010**
Finalidade:	**Para fins de Direito**

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, certifica-se que NÃO CONSTAM DÉBITOS EM SEU NOME , relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria Municipal de Fazenda (SEMFAZ), até a presente data.

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito do Município de Porto Velho e abrange inclusive as demais receitas municipais definidas no Art. 328 do Código Tributário e de Rendas do Município (CTRM).

Emitida em: Segunda-feira, 18 de Março de 2024,Porto Velho - RO

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada via internet, na página da Prefeitura Municipal de Porto Velho, no endereço: https://www.portovelho.ro.gov.br;

Validade: 90 dias ate 16/06/2024

Chave de validação: b1a724c9